



**RELATÓRIO DA CONTA  
DE GERÊNCIA  
DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
2015**

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**RELATÓRIO**  
Gerência – 2015



# **RELATÓRIO ANUAL**

Gerência de 2015



**XII LEGISLATURA**  
**1 de janeiro a 22 de outubro**

Presidente da Assembleia da República

Maria da Assunção Andrade Esteves

Vice-Presidentes

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Júlio Francisco Miranda Calha

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Abel Lima Baptista

Artur Jorge da Silva Machado

Vice-Secretários da Mesa

Maria Paula da Graça Cardoso

Pedro Filipe dos Santos Alves

Luísa Maria Neves Salgueiro

Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida



**XIII LEGISLATURA**  
**23 de outubro a 31 de dezembro**

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues

Vice-Presidentes

José Manuel de Matos Correia

Jorge Lacão Costa

José Manuel Marques da Silva Pureza

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Idália Maria Marques Salvador Serrão

Moisés Salvador Coelho Ferreira

Abel Lima Baptista

Vice-Secretários da Mesa

Emília de Fátima Moreira dos Santos

Pedro Filipe dos Santos Alves

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

Sandra Maria Pereira Pontedeira



**XII LEGISLATURA**  
1 de janeiro a 22 de outubro

## **Conselho de Administração**

António Fernando Couto dos Santos  
Presidente

José Manuel Lello Ribeiro de  
Almeida  
Representante do GP do PS

João Guilherme Nobre Prata  
Fragoso Rebelo  
Representante do GP do CDS-PP

Bruno Ramos Dias  
Representante do GP do PCP

Mariana Rosa Aiveca  
Representante do GP do BE

José Luís Teixeira Ferreira  
Representante do GP do PEV

Albino de Azevedo Soares  
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários Parlamentares



**XIII LEGISLATURA**  
23 de outubro a 31 de dezembro

## **Conselho de Administração**

Pedro Augusto da Cunha Pinto  
Presidente

Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Representante do GP do PS

José Paulino Carvalho de  
Ascensão  
Representante do GP do BE

João Guilherme Nobre Prata  
Fragoso Rebelo  
Representante do GP do CDS-PP

Bruno Ramos Dias  
Representante do GP do PCP

José Luís Teixeira Ferreira  
Representante do GP do PEV

Albino de Azevedo Soares  
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários Parlamentares

## Glossário

<b>AHP</b>	Arquivo Histórico Parlamentar
<b>ANCV</b>	Assembleia Nacional de Cabo Verde
<b>ANSTP</b>	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
<b>APCE</b>	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
<b>AP-CPLP</b>	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>AP-UpM</b>	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
<b>APM</b>	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
<b>APNATO</b>	Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte
<b>APOSCE</b>	Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>ARM</b>	Assembleia da República de Moçambique
<b>ASG – PLP</b>	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
<b>ASG – UIP</b>	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
<b>BE</b>	Bloco de Esquerda
<b>BIB</b>	Biblioteca
<b>CAC</b>	Centro de Acolhimento ao Cidadão
<b>CADA</b>	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
<b>CEGER</b>	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
<b>CDS-PP</b>	Centro Democrático Social – Partido Popular
<b>CFBD-ADN</b>	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
<b>CFPI</b>	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
<b>CFSI</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
<b>CFSIIC</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
<b>CIC - RP</b>	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
<b>CINF</b>	Centro de Informática da Assembleia da República
<b>CJP</b>	Conselho dos Julgados de Paz
<b>CNE</b>	Comissão Nacional de Eleições
<b>CNECV</b>	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
<b>CNPD</b>	Comissão Nacional de Proteção de Dados
<b>CNPMA</b>	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
<b>DAC</b>	Divisão de Apoio às Comissões
<b>DAR</b>	Diário da Assembleia da República
<b>DAPAT</b>	Divisão de Aprovisionamento e Património
<b>DAPLEN</b>	Divisão de Apoio ao Plenário
<b>DE</b>	Divisão de Edições

<b>DGF</b>	Divisão de Gestão Financeira
<b>DILP</b>	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
<b>DP</b>	Divisão de Protocolo
<b>DR</b>	Diário da República
<b>DRAA</b>	Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
<b>DRHA</b>	Divisão de Recursos Humanos e Administração
<b>DRI</b>	Divisão de Relações Internacionais
<b>DSAF</b>	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
<b>DSATS</b>	Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
<b>DSDIC</b>	Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
<b>ERC</b>	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
<b>FPIA</b>	Fórum Parlamentar Ibero-americano
<b>GABSG</b>	Gabinete do Secretário-Geral
<b>GARIP</b>	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
<b>GCOE</b>	Gabinete de Controlo Orçamental Externo
<b>GDP</b>	Grupo Desportivo Parlamentar
<b>GME</b>	Gabinete Médico
<b>GP</b>	Grupo Parlamentar
<b>GR%</b>	Grau de Execução (percentagem)
<b>LOFAR</b>	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
<b>NATO</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OAR</b>	Orçamento da Assembleia da República
<b>OE</b>	Orçamento de Estado
<b>OSCE</b>	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>PAR</b>	Presidente da Assembleia da República
<b>PCP</b>	Partido Comunista Português
<b>PDR</b>	Partido Democrático Republicano
<b>PEV</b>	Partido Ecologista "Os Verdes"
<b>PLC</b>	Processo Legislativo Comum
<b>PNTL</b>	Parlamento Nacional de Timor-Leste
<b>POC-AR</b>	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>SAR</b>	Serviços da Assembleia da República
<b>SIGAR</b>	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
<b>UIP</b>	União Interparlamentar
<b>UTAO</b>	Unidade Técnica de Apoio Orçamental

## Índice

<b>NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL</b>	<b>14</b>
1.1 OAR 2015	14
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2015	18
<b>2. ATIVIDADES PARLAMENTARES</b>	<b>22</b>
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	26
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	27
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	28
2.4 CERIMÓNIAS E SESSÕES SOLENES	29
2.5 PARLAMENTO DOS JOVENS	29
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	30
<b>3. ATIVIDADES DE APOIO</b>	<b>31</b>
3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	32
3.2 FORMAÇÃO	35
3.3 ATIVIDADE CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO	36
3.4 FUNCIONAMENTO	39
<b>4. ATIVIDADE EDITORIAL</b>	<b>41</b>
<b>5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR</b>	<b>42</b>
5.1 BILATERAL	42
5.2 MULTILATERAL	43
<b>6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>43</b>
<b>7. INVESTIMENTOS</b>	<b>48</b>
7.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2015	48
7.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2016	52
<b>8. FINANCIAMENTO</b>	<b>52</b>
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	52
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	54
<b>9. EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>56</b>
9.1 DAS DESPESAS	56
9.2 DAS RECEITAS	58
<b>11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>60</b>
<b>NOTA FINAL</b>	<b>63</b>



## Índice de Quadros

<b>QUADRO 1</b>	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2015	<b>17</b>
<b>QUADRO 2</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>18</b>
<b>QUADRO 3</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	<b>18</b>
<b>QUADRO 4</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	<b>19</b>
<b>QUADRO 5</b>	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>20</b>
<b>QUADRO 6</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	<b>24</b>
<b>QUADRO 7</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	<b>25</b>
<b>QUADRO 8</b>	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	<b>28</b>
<b>QUADRO 9</b>	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PARLAMENTO DOS JOVENS: XII LEGISLATURA	<b>30</b>
<b>QUADRO 10</b>	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	<b>31</b>
<b>QUADRO 11</b>	ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”	<b>31</b>
<b>QUADRO 12</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”	<b>32</b>
<b>QUADRO 13</b>	ATIVIDADE EDITORIAL 2015	<b>42</b>
<b>QUADRO 14</b>	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	<b>49</b>
<b>QUADRO 15</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	<b>50</b>
<b>QUADRO 16</b>	PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2016	<b>52</b>
<b>QUADRO 17</b>	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>53</b>
<b>QUADRO 18</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>54</b>
<b>QUADRO 19</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	<b>56</b>
<b>QUADRO 20</b>	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2016 (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	<b>57</b>
<b>QUADRO 21</b>	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	<b>58</b>
<b>QUADRO 22</b>	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2015	<b>59</b>

## Índice de Gráficos

<b>GRÁFICO 1</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2012 A 2015	<b>20</b>
<b>GRÁFICO 2.1</b>	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2015	<b>21</b>
<b>GRÁFICO 2.2</b>	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2015	<b>21</b>
<b>GRÁFICO 3</b>	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	<b>23</b>
<b>GRÁFICO 4</b>	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES E AO DEPUTADO ÚNICO REPRESENTANTE DE UM PARTIDO	<b>26</b>
<b>GRÁFICO 5</b>	EVOLUÇÃO COMPARATIVA DE EFETIVOS	<b>33</b>
<b>GRÁFICO 6</b>	EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	<b>33</b>
<b>GRÁFICO 7</b>	EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE	<b>34</b>
<b>GRÁFICO 8</b>	EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	<b>34</b>
<b>GRÁFICO 9</b>	FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE	<b>35</b>
<b>GRÁFICO 10.1</b>	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS (DIAS ÚTEIS E SÁBADOS)	<b>37</b>
<b>GRÁFICO 10.2</b>	DISTRIBUIÇÃO DAS VISITAS GUIADAS POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)	<b>37</b>
<b>GRÁFICO 11</b>	EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS 2010-2015	<b>38</b>
<b>GRÁFICO 12</b>	NÚMERO DE VISITANTES DO PORTAL DO PARLAMENTO 2010-2015	<b>38</b>
<b>GRÁFICO 13</b>	ATIVIDADE EDITORIAL 2012-2015	<b>42</b>
<b>GRÁFICO 14</b>	EVOLUÇÃO DAS VENDAS	<b>60</b>
<b>GRÁFICO 15</b>	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	<b>61</b>

## Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2015, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

O Relatório que se apresenta traduz - tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2015 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 17 de outubro de 2014 -, as características gerais, na vertente orçamental e financeira, da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento, no ano de 2015, das subvenções públicas para as campanhas concernentes à Eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada a 29 de março, e às Eleições para a Assembleia da República, realizadas a 4 de outubro, bem como das subvenções aos Partidos e aos Grupos Parlamentares, em função dos resultados obtidos neste último ato eleitoral.

Merece ainda salientar que, no ano de 2015, de forma a dar resposta às recomendações do Tribunal de Contas, e na sequência da Lei n.º 24/2015, de 27 de março, que alterou a Lei n.º 59/90, de 21 de novembro, foi criado o Gabinete de Controlo Orçamental Externo (GCOE), através da Resolução da Assembleia da República n.º 48/2015, de 7 de maio, que procedeu à alteração da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro. O GCOE tem atribuições de acompanhamento e controlo da execução orçamental e da situação económica, financeira, patrimonial e contabilística das entidades administrativas independentes (EAI) com mera autonomia administrativa que funcionam junto da Assembleia da República. Adicionam-se a estas funções, a elaboração de pareceres, informações ou outras intervenções que, relativamente a assuntos relacionados com estas entidades independentes, o Secretário-Geral da Assembleia da República entenda solicitar ao Gabinete.

Na condição de nova unidade orgânica, com competências completamente novas e sem precedente no historial parlamentar, o GCOE teve como principais preocupações, em 2015, a estruturação de um sistema de controlo coerente, a fim de que os resultados obtidos possam evidenciar, no futuro, a máxima eficácia e eficiência possíveis, tendo já participado no processo de preparação do orçamento da Assembleia da República, no que aos contributos destas entidades diz respeito.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **€127.145.558,66**, encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as “Entidades Autónomas”** e as **“Subvenções aos Partidos Políticos”** e **“Subvenções públicas para às campanhas eleitorais”**, com um nível global de **execução de 72,6%**, da qual:

- **€86.699.386,10 - Despesa total – atividade da AR**, com execução de **69,1%**, da qual:
  - **€71.591.307,10** - Despesas Correntes - **atividade da AR**, com execução de **81,0%**;
  - **€15.108.079,00** - Despesas de Capital - **atividade da AR**, com execução de **12,6%**;
- **€10.795.239 – Transferências – “Entidades Autónomas”**, com execução de **93,9%**;
- **€14.853.459- “Subvenções públicas aos Partidos Políticos”**, com execução de **99,3%**; e
- **€14.797.474,56 – “Subvenções públicas para campanhas eleitorais”**, com execução de **50,5%**.

A baixa taxa de execução verificada na “Despesa total – atividade da AR” (69,1%), deve-se, não só às cativações aplicáveis, mas também à interrupção dos trabalhos parlamentares decorrente do período de campanha eleitoral para as Eleições à Assembleia da República e, ainda, à continuação de uma política de contenção da despesa que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República. Ressalva-se que, **deduzindo a cativação aplicável** (cujo valor final foi de €2.018.604, dado que, dos €2.394.532 iniciais foi autorizada a descativação de €375.928) **e a dotação provisional não utilizada** (€17.672.272,98 – corrente e capital – inscritos para eventuais necessidades não previstas), a **taxa de execução é de 89,4%**.

Importa ainda realçar que a execução orçamental de 2015 foi influenciada pela reversão de 20% das reduções remuneratórias em vigor, com o conseqüente acréscimo não só das remunerações, como também dos encargos da entidade patronal, com exceção do encargo com a ADSE que deixou de existir (a partir de 2015 o desconto aplica-se apenas aos beneficiários).

Ao nível da **“Atividade Parlamentar”**, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte.

Em matéria de **“Investimento”**, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2015:

- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, foi adquirida uma nova infraestrutura de virtualização de postos de trabalho afetos aos Deputados, solução que envolveu a substituição de *hardware* e *software*, que permite melhorar a performance dos trabalhos parlamentares, tanto no hemiciclo como nos gabinetes de trabalho. Foi também implementada a ERAR (Entidade de Registo da AR), em substituição da ECAR – Entidade Certificadora da AR. Procedeu-se ainda à expansão da rede informática do Governo – CEGER à sua bancada do hemiciclo.

- Em termos de **obras de melhoria/conservação**, apesar da atual conjuntura de forte contenção orçamental, foram concluídas as seguintes empreitadas: **reposição das condições de utilização do Anfiteatro da Casa Amarela, beneficiação das coberturas da Escadaria Nobre e dos Passos Perdidos** (o que permitiu o reforço de estruturas, a renovação da instalação elétrica, evitando o repasse das águas pluviais) e, por último, a intervenção num espaço obsoleto no piso da **sobreloja do Palácio de S. Bento** criando-se um novo gabinete de trabalho.
- Relativamente ao **sistema de audiovisual**, destaca-se a abertura do concurso para aquisição de componente para *upgrade* do servidor de emissão ARTV/Canal Parlamento, para integração no sistema existente e continuação dos trabalhos de contratação de um circuito de comunicações dedicado ao projeto WEB/TV.

Por outro lado, a Assembleia da República prosseguiu a “**Atividade Editorial**” própria e desenvolveu ações de aproximação ao exterior e de divulgação das suas atividades, abrindo as portas aos cidadãos e realizando exposições.

É ainda de salientar que, em 2015, o número de efetivos se viu ainda mais reduzido, nomeadamente em resultado de aposentações, com o conseqüente acréscimo de trabalho para os **Funcionários Parlamentares**, em função das exigências da atividade desenvolvida pela AR. Para superar esta situação foi, ainda em 2015 iniciado procedimento concursal para o recrutamento de 23 assessores parlamentares.

## 1. Enquadramento Orçamental

### 1.1 OAR 2015

Em 9 de outubro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2015, com base na proposta de OAR2015 coordenada e apresentada pelo Secretário-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, que foi aprovada em Reunião Plenário, a 17 de outubro de 2014, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 86/2014, de 28 de outubro de 2014.

No **OAR2015 inicial** aprovado, os montantes inscritos para as **despesas correntes e de capital** da atividade da AR ascenderam, respetivamente, a €66.969.869 e €5.108.079, num total de €72.077.948, traduzindo, globalmente, uma **diminuição de 12.7% relativamente ao OAR2014 corrigido**.



Por outro lado, o montante total do “**Financiamento de Entidades**” e de “**Subvenções Políticas**” foi de €32.967.222, apresentando um **decréscimo de 31,8% face ao OAR2014 corrigido**, decorrente, essencialmente, do facto de, em 2015, estarem apenas inscritos os valores necessários ao pagamento **das subvenções públicas para as campanhas das Eleições Legislativas** (€6.816.000) e da **Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira** (€616.062), de acordo com o calendário eleitoral deste ano, enquanto, em 2014, se encontravam inscritas as verbas destinadas ao pagamento da subvenção pública para a campanha das Eleições Europeias (€3.408.000) e o saldo apurado a 31/12/2013 das subvenções Autárquicas de 2013 (€20.098.267.79).

Incluem-se ainda, em 2015, no “Financiamento de Entidades e Subvenções Políticas”, as **subvenções aos Partidos Políticos** (€14.853.459) e as **transferências para as “Entidades Autónomas”** (€10.681.701) – conforme Quadro 1.

**O 1º Orçamento Suplementar de 2015**, elaborado nos termos do artigo 50º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, em 24 de abril de 2015, sob proposta do Conselho de Administração, de 9/4/2015, dando origem à Resolução da Assembleia da República nº 47/2015, de 7 de maio.

O 1º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2015, decorreu da necessidade de integrar **o diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República** apurado à data de encerramento da gerência de 2014 no montante de **€14.734.976,10** e **o saldo de gerência das subvenções públicas para as campanhas eleitorais, no valor de €7.133.669,67** (Autárquicas de 2013 - €6.820.498,69 - e Europeias de 2014 - €313.170,98) apurado à data de 31/12/2014. Por último, foi ainda necessário **inscrever o montante de €231.742,89 a título de reposições não abatidas aos pagamentos**, para registo de eventuais reposições da subvenção pública para a campanha das eleições autárquicas de 2013, cujos pagamentos ocorreram nos anos de 2013 e de 2014.

Para além do orçamento suplementar referido, efetuaram-se **cinco alterações orçamentais verticais**, que obtiveram o parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 7 de maio, 2 de julho, 21 de agosto, 3 e 17 de dezembro do ano em referência e se destinaram:

- A primeira destinou-se a proceder ao ajustamento de algumas rubricas da despesa face a encargos não previstos no OAR2015 inicial, à não integração da totalidade dos encargos transitados de 2014 e ainda à cativação de €2.018.604;

- A segunda visou o ajustamento de rubricas de despesa afetas sobretudo às seguintes subactividades: “Comissões Parlamentares”, “Deslocações ao Estrangeiro” e “Despesas de Funcionamento”, incluindo despesas não previstas, com a cerimónia de concessão de honras de



Panteão Nacional a Eusébio da Silva Ferreira, que ocorreu a 3 de julho de 2015, e que determinou o recurso à dotação provisional;

- A terceira visou o reforço de rubricas da despesa em consequência de, simultaneamente, não se ter procedido à totalidade da descativação (que representaria um aumento das transferências do Orçamento de Estado) e não se terem reforçado integralmente as rubricas com encargos transitados;

- A quarta ficou a dever-se à necessidade de se efetuar o pagamento das subvenções públicas aos Partidos Políticos e aos Grupos Parlamentares (subvenções de assessoria e para comunicações) com base em novos cálculos decorrentes dos resultados eleitorais das eleições legislativas realizadas a 4 de outubro de 2015;

- A quinta visou essencialmente ajustar as dotações inscritas nas rubricas que constituem o *plafond* para remunerações do pessoal que presta apoio aos gabinetes dos Grupos Parlamentares (nos termos do n.º 4 do artigo 46.º da LOFAR), de forma a possibilitar o processamento dos respetivos abonos e remunerações no mês de dezembro, e ainda a algumas alterações nas subactividades "Deputados", "Despesas de Funcionamento", "Atividade Editorial" e "Formação".

Da execução do OAR2015 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2015 e a transitar para o ano de 2016, no valor de €33.722.839,21**, dos quais €7.137.852,19 correspondem ao saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais, configurando o remanescente **(€26.584.987,02) o saldo da AR**, do qual €15.000.000 foram integrados no OAR2016 inicial.

As alterações aprovadas quer em sede de OAR suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subatividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1:

**Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2015** Unidade: Euro

Atividades	OAR2014	OAR2015	OAR2015	Var%	Var%
	corrigido	inicial	corrigido	4=2/1	5=3/1
	1	2	3		
<b>DESPESAS CORRENTES AR</b>	<b>68.315.476,90</b>	<b>66.093.553,00</b>	<b>70.699.376,10</b>	<b>-3,3%</b>	<b>3,5%</b>
ATIVIDADES PARLAMENTARES	34.146.805,27	33.417.407,71	34.032.495,29	-2,1%	-0,3%
ATIVIDADES DE APOIO	28.465.022,73	27.297.457,26	29.222.929,26	-4,1%	2,7%
ATIVIDADE EDITORIAL	502.652,00	398.733,00	464.428,00	-20,7%	-7,6%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	309.760,00	346.010,00	324.139,00	11,7%	4,6%
OUTRAS ATIVIDADES *	4.646.061,90	4.400.000,00	6.421.439,52	-5,3%	38,2%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	206.908,00	195.678,03	195.678,03	-5,4%	-5,4%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	38.267,00	0,0%	0,0%
<b>DESPESAS DE CAPITAL AR</b>	<b>13.410.160,00</b>	<b>5.106.079,00</b>	<b>15.106.079,00</b>	<b>-61,9%</b>	<b>12,6%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18.000,00	18.000,00	18.000,00	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	3.376.010,00	3.588.079,00	3.836.718,00	6,3%	13,6%
OUTRAS ATIVIDADES *	10.016.150,00	1.500.000,00	11.251.361,00	-85,0%	12,3%
<b>TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)</b>	<b>81.725.636,90</b>	<b>71.199.632,00</b>	<b>85.805.455,10</b>	<b>-12,9%</b>	<b>5,0%</b>
<b>DESPESAS CORRENTES E CAPITAL CONSELHOS (2)</b>	<b>800.153,00</b>	<b>878.316,00</b>	<b>893.931,00</b>	<b>9,8%</b>	<b>11,7%</b>
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES	198.389,00	186.400,00	187.479,00	-6,0%	-5,5%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	118.107,00	116.300,00	130.222,00	-1,5%	10,3%
CONSELHO NAC. PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	198.808,00	224.084,00	200.558,00	12,7%	0,9%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG. INFORM. CRIMINAL	158.917,00	141.592,00	165.495,00	-10,9%	4,1%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (corr)	122.206,00	112.140,00	112.377,00	-8,2%	-8,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (cap)	3.726,00	2.000,00	2.000,00	-46,3%	-46,3%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	0,00	95.800,00	95.800,00	n.a	n.a
<b>TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)</b>	<b>82.525.789,90</b>	<b>72.077.948,00</b>	<b>86.699.386,10</b>	<b>-12,7%</b>	<b>5,1%</b>
<b>ENTIDADES AUTÓNOMAS</b>	<b>9.949.435,00</b>	<b>10.681.701,00</b>	<b>10.795.239,00</b>	<b>7,4%</b>	<b>8,5%</b>
<b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>14.853.459,00</b>	<b>14.853.459,00</b>	<b>14.853.459,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>	<b>23.506.267,79</b>	<b>7.432.062,00</b>	<b>14.797.474,56</b>	<b>-68,4%</b>	<b>-37,0%</b>
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID. AUTÓNOMAS / SUBVENÇ</b>	<b>130.834.951,69</b>	<b>105.045.170,00</b>	<b>127.145.558,66</b>	<b>-19,7%</b>	<b>-2,8%</b>

(\*) Dotação Provisional

Da análise do Quadro 1, ressalta que em valores globais, o OAR2015 corrigido, face ao OAR2014, apresenta um **decréscimo de 2,8% da despesa global**, comportamento essencialmente determinado pelo montante inscrito a título de subvenção para as campanhas eleitorais, que em 2015 (€14.797.474,56) foi significativamente inferior ao de 2014 (€23.506.267,79). Deve ainda registar-se que, excluídos os “Conselhos”, as “Entidades Autónomas” e as “Subvenções públicas aos partidos políticos” e as “Subvenções públicas para as campanhas eleitorais”, verifica-se um **acréscimo no orçamento da atividade da AR de 5,0%**, derivado da variação verificada em “**Outras atividades**”, onde se inscreve a dotação provisional corrente e de capital, que em 2015 atingiu o valor total de €17.672.800,52, resultante das poupanças efetuadas.

Em “**Despesas Correntes**”, o acréscimo de **3,5%** decorre, principalmente, da variação verificada em “**Outras atividades**”, “**Cooperação Interparlamentar**” e “**Atividades de apoio**”.

No que se refere às “Despesas de Capital”, o Quadro 1 evidencia ainda um **acréscimo** de **12,6%** face ao valor do orçamento corrigido de 2014, sendo que o valor inscrito em Investimento apresenta um crescimento de 13,6% e o valor inscrito em “Outras atividades” - dotação provisional de capital, apresenta um acréscimo de 12,3%.

## 1.2 Execução Orçamental — 2015

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2015 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	71.591.307,10	58.019.851,54	81,0%
DESPESAS DE CAPITAL	15.108.079,00	1.900.415,65	12,6%
<b>TOTAL AR</b>	<b>86.699.386,10</b>	<b>59.920.267,19</b>	<b>69,1%</b>
<b>ENTIDADES AUTÓNOMAS</b>	10.795.239,00	10.132.193,00	93,9%
<b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	14.853.459,00	14.744.411,46	99,3%
<b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>	14.797.474,56	7.466.336,34	50,5%
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES</b>	<b>127.145.558,66</b>	<b>92.263.207,99</b>	<b>72,6%</b>

Em 2015, os encargos assumidos atingiram o montante de €92.263.207,99 (cfr. Quadro 2), o que se traduziu numa **execução orçamental** de **72,6%**, registando-se uma diferença de €34.882.350,67, entre o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado, não só por se tratar de um ano de eleições legislativas, com um decréscimo da atividade parlamentar, mas também pela baixa execução das despesas de capital (que se traduziu numa taxa de execução de 12,6%, em resultado do elevado montante de €11,2 milhões de dotação provisional de capital que integra esta rubrica), e, ainda, pela execução orçamental das subvenções às campanhas eleitorais, que se reduziu a 50,5%, sobretudo face ao saldo das subvenções para as Eleições Autárquicas de 2013, que ainda não se encontram encerradas.

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **69,1%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2015, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui os montantes transferidos para as “Entidades Autónomas”, nem as mencionadas “Subvenções públicas para os Partidos Políticos”, nem “Subvenções públicas para as campanhas eleitorais”**.

Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2015 corrigido sem Entid. Autónomas /Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	71.591.307,10	58.019.851,54	81,0%
DESPESAS DE CAPITAL	15.108.079,00	1.900.415,65	12,6%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>86.699.386,10</b>	<b>59.920.267,19</b>	<b>69,1%</b>

O nível de execução orçamental foi, assim, de **81,0%** em “**Despesas Correntes**” e de **12,6%** em “**Despesas de Capital**”, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade normal da AR.

Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, verifica-se que a taxa de execução orçamental mais elevada, em sede de **despesas correntes**, é atingida em “**Outras entidades**” (100%), seguida de “**Conselho Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal**” (92,8%), “**Atividades Parlamentares**” (92,0%), “**Conselho Fiscalização do Sistema de Informação**” (91,7%), “**Outros Encargos Parlamentares**” (90,9%) e “**Atividades de Apoio**” (86,5%).

Na análise do Quadro 4, importa, ainda, salientar que, no ano de 2015, em termos de estrutura da despesa, o peso da execução das “**Atividades Parlamentares**” foi de 52,3%, logo seguido das “**Atividades de Apoio**”, que representam 42,2% do total executado.

#### Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES

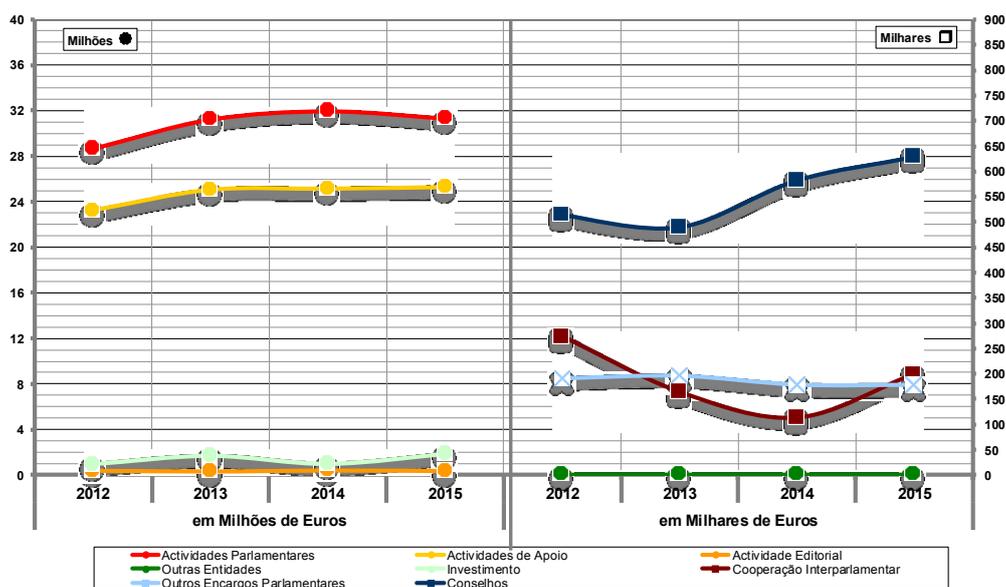
Unidade: Euro

Atividades	OAR2015 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/12
ATIVIDADES PARLAMENTARES	34.032.495,29	31.323.311,06	92,0%	52,3%
ATIVIDADES DE APOIO	29.222.929,26	25.285.769,62	86,5%	42,2%
ATIVIDADE EDITORIAL	464.428,00	367.543,52	79,1%	0,6%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	324.139,00	197.565,98	61,0%	0,3%
OUTRAS ATIVIDADES*	6.421.439,52	527,54	0,0%	0,0%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	195.678,03	177.959,93	90,9%	0,3%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	187.479,00	171.887,60	91,7%	0,3%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	130.222,00	100.781,63	77,4%	0,2%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	100,0%	0,1%
CONSELHO NAC. PROCREAÇÃO MED. ASSISTIDA	200.558,00	110.253,98	55,0%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	165.495,00	153.579,61	92,8%	0,3%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	112.377,00	92.404,07	82,2%	0,2%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	95.800,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>DESPESAS CORRENTES (1)</b>	<b>71.591.307,10</b>	<b>58.019.851,54</b>	<b>81,0%</b>	<b>96,8%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18.000,00	1.998,44	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	3.836.718,00	1.898.417,21	49,5%	3,2%
OUTRAS ATIVIDADES*	11.251.361,00	0,00	0,0%	0,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	2.000,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>15.108.079,00</b>	<b>1.900.415,65</b>	<b>12,6%</b>	<b>3,2%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)</b>	<b>86.699.386,10</b>	<b>59.920.267,19</b>	<b>69,1%</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Dotação Provisional

No que respeita às “Despesas de Capital”, cuja taxa de execução foi de **12,6%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em “Outras atividades - dotação provisional de capital” (€11.251.361), salienta-se também a concretização verificada na subactividade “Investimento”, com uma taxa de realização de 49,5%, indicador que traduz um crescimento de 98,3% face à execução do ano de 2014 (cf. Quadro 5).

**Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2012 A 2015**



A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que, no ano de 2015, **houve uma manutenção do nível global das despesas, ainda que tenha existido um aumento de encargos com pessoal face à reversão parcial (20%) das reduções remuneratórias** determinada pela Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

O acréscimo de encargos verificado nas atividades dos “Conselhos” e na “Cooperação Interparlamentar” encontra-se espelhado numa escala distinta, salientando-se que, em valores nominais, representam variações inferiores a €50 mil e a €90 mil, respetivamente, conforme evidenciado no Quadro 5 seguinte, em que se salienta ainda a variação do “Investimento” (98,3%, que se traduz em €941.022,83).

**Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Unidade: Euro

Atividades	Encargos Assumidos		Var%
	2014	2015	
ATIVIDADES PARLAMENTARES	31.973.282,99	31.323.311,06	-2,0%
ATIVIDADES DE APOIO	25.143.427,39	25.285.769,62	0,6%
ATIVIDADE EDITORIAL	416.113,85	367.543,52	-11,7%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	112.883,46	199.564,42	76,8%
OUTRAS ACTIVIDADES	0,00	527,54	n.a
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	178.879,39	177.959,93	-0,5%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	166.362,97	171.887,60	3,3%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	79.763,34	100.781,63	26,4%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	0,0%
CONSELHO NAC. PROCRIAÇÃO MED. ASSISTIDA	104.285,88	110.253,98	5,7%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	129.917,89	153.579,61	18,2%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	101.823,99	92.404,07	-9,3%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	0,00	0,00	n.a
INVESTIMENTO	957.394,38	1.898.417,21	98,3%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>59.402.402,53</b>	<b>59.920.267,19</b>	<b>0,87%</b>

O Gráfico 2.1 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “**Despesas com Pessoal**” representam **70,5%** do total da despesa de 2015 (cf. Gráfico 2.2), seguidas das “**Aquisições de Bens e Serviços**” (**24,4%**) e das “**Aquisições de Bens de Capital**” (**3,2%**).

**Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2015**

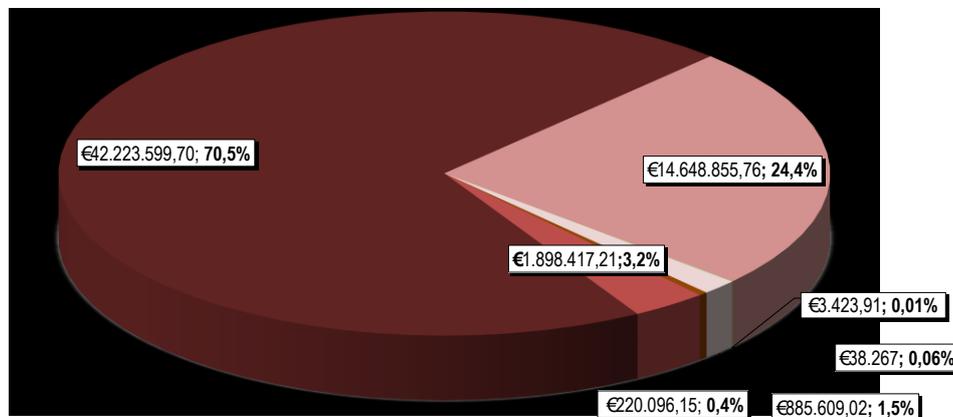
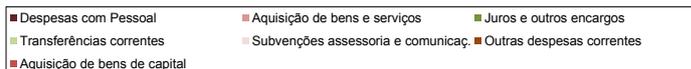
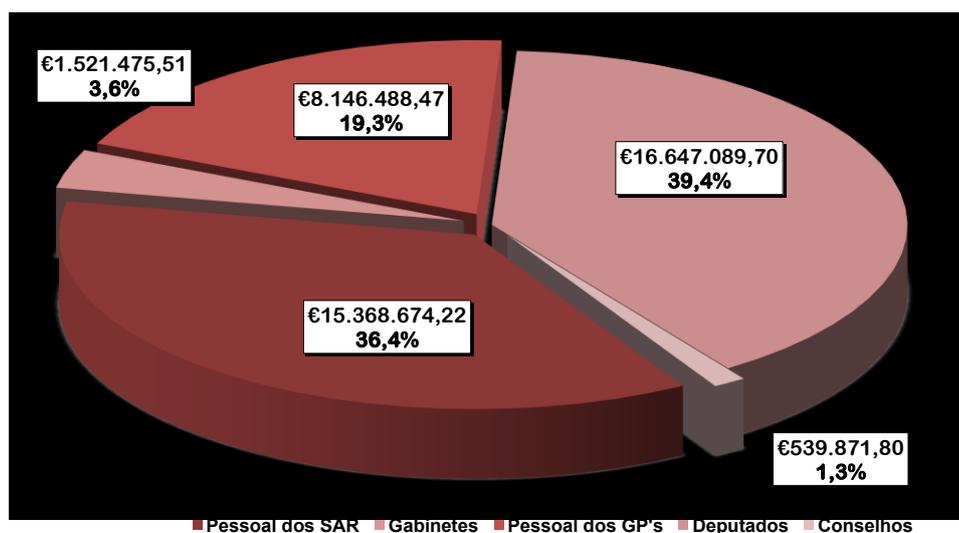


Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO  
DESpesas COM PESSOAL EM 2015



O gráfico 2.2 evidencia os encargos englobados nas rubricas de “Despesas com Pessoal” que, de acordo com os princípios do classificador económico, integram os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República (SAR), para além dos encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com o Gráfico 2.2, verifica-se uma distribuição muito próxima na partição dos encargos relacionados, por um lado, com “Deputados” (39,4%) e, por outro, dos encargos imputáveis a “Pessoal dos SAR” (36,4%), enquanto os encargos com pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares” representam 19,3%. Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os Gabinetes da



AR e para o pessoal afeto aos **Conselhos** integrados no orçamento da AR, constituem, respetivamente, **3,6% e 1,3%** em percentagem do encargo total com remunerações.

## 2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, funções legislativas e de orientação e fiscalização políticas.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.

Em 2015, realizaram-se **96 reuniões plenárias** (76 na XII Legislatura e 20 na XIII Legislatura), **2 reuniões da Comissão Permanente na XII Legislatura e 25 Conferencias de líderes** (15 na XII Legislatura e 10 na XIII Legislatura). Durante o ano de 2015 houve ainda lugar a **20 reuniões do Conselho de Administração** (16 na XII Legislatura e 4 na XIII Legislatura).

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **84 Propostas de Lei** (76 na XII e 8 na XIII), **390 Projetos de Lei** (303 na XII Legislatura e 87 na XIII Legislatura), **15 Propostas de Resolução** na XII Legislatura, **446 Projetos de Resolução** (382 na XII Legislatura e 64 na XIII Legislatura), **6 Projetos de Deliberação** (4 na XII Legislatura e 2 na XIII Legislatura) e **32 Apreciações Parlamentares** (21 na XII Legislatura e 11 na XIII Legislatura). Foram aprovadas, em 2015, **12 Leis Orgânicas** na XII Legislatura, **167 Leis** (162 na XII Legislatura e 5 na XIII Legislatura), **154 Resoluções** (138 na XII Legislatura e 16 na XIII Legislatura) e **5 Deliberações** (3 na XII Legislatura e 2 na XIII Legislatura).

No ano de 2015 foram apresentadas pelos Deputados 2.623 perguntas (2.408 na XII Legislatura e 215 na XIII Legislatura), tendo sido obtidas 1215 respostas (1058 na XII Legislatura e 157 na XIII Legislatura).

Foram ainda apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 90 ao Governo (73 na XII Legislatura e 17 na XIII Legislatura), 1035 à Administração Local (1033 na XII Legislatura e 2 na XIII Legislatura), 1 às Regiões Autónomas na XII Legislatura, e 14 a Entidades Independentes (11 na XII Legislatura e 3 na XIII Legislatura). No mesmo ano, foram recebidas as seguintes **respostas**: 33 do Governo (22 na XII Legislatura e 11 na XIII Legislatura), 321 da Administração Local (320 na XII Legislatura e 1 na XIII Legislatura) e 11 das Entidades Independentes (9 na XII Legislatura e 2 na XIII Legislatura).

Durante o ano de 2015, procedeu-se também à preparação, informação, organização e acompanhamento das eleições para os órgãos da Assembleia da República, devido ao início da XIII Legislatura e, ainda, para os seguintes órgãos externos:

Na XII Legislatura

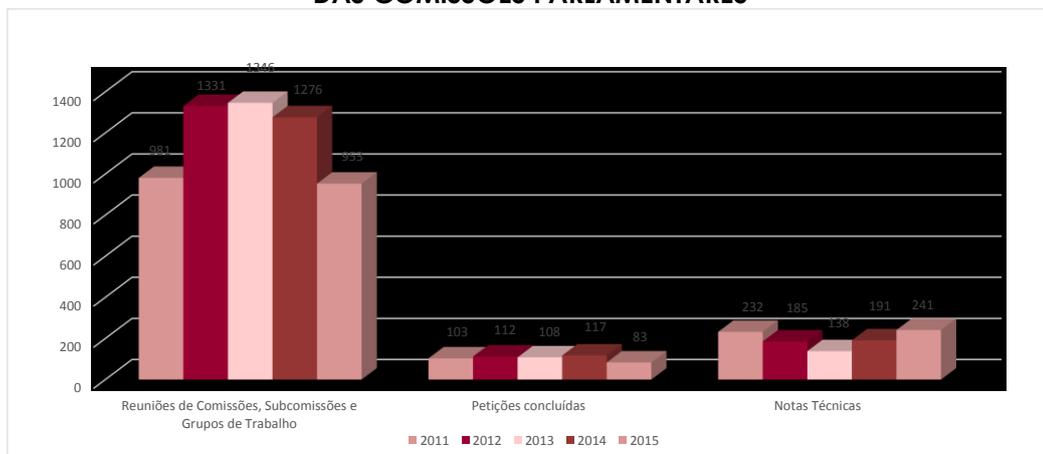
- 1 Juiz para o Tribunal Constitucional
- Presidente do Conselho Económico e Social
- Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV)

Na XIII Legislatura

- Conselho de Estado.

Em 2015, as Comissões (incluindo a Subcomissão de Igualdade e os Grupos de Trabalho) efetuaram **953 reuniões (836 na XII Legislatura e 117 na XIII)**, **569 audições (545 na XII e 24 na XIII)**, **92** das quais com a presença de membros do Governo e **17 eventos** (colóquios, conferências ou seminários), num total de **2124 horas de reuniões**.

**Gráfico 3 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES**



No que ao exercício do direito de petição diz respeito, constata-se que, durante o ano de 2015, foram recebidas e registadas pela Assembleia da República **125 petições**, 34 das quais subscritas por 4000 ou mais cidadãos, tendo, durante o mesmo período, sido concluída a apreciação de 83 petições pelas comissões competentes.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4 supra, as “**Atividades Parlamentares**” representam **52,3% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 92,0%**, registando-se no Quadro seguinte a desagregação da despesa realizada por subactividades:

**Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	OAR2015	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/12
Presidente da Assembleia da República	75.915,00	45.773,20	60,3%	0,1%
Gabinete de Apoio ao PAR	722.115,00	643.209,74	89,1%	2,1%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.172.783,00	1.071.176,27	91,3%	3,4%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	476.000,00	400.901,44	84,2%	1,3%
Conselho de Administração	70.400,00	70.346,82	99,9%	0,2%
Grupos Parlamentares	994.079,02	981.375,86	98,7%	3,1%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.297.874,56	8.095.969,65	97,6%	25,8%
Comissões Parlamentares	598.170,71	364.330,95	60,9%	1,2%
Deputados	19.756.790,00	18.270.290,09	92,5%	58,3%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	64.997,00	60.276,75	92,7%	0,2%
Deslocações em Território Nacional	11.812,00	9.063,12	76,7%	0,0%
Deslocações ao Estrangeiro	1.128.979,00	810.172,05	71,8%	2,6%
Grupos Parlamentares de Amizade	211.301,00	188.531,85	89,2%	0,6%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	351.523,00	221.642,63	63,1%	0,7%
Programa Parlamento Jovem	99.756,00	90.250,64	90,5%	0,3%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>34.032.495,29</b>	<b>31.323.311,06</b>	<b>92,0%</b>	<b>100,0%</b>

O **Quadro 6** permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das quinze subatividades que integram as **“Atividades Parlamentares”**, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 84,1% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- **“Deputados” (58,3%)**, que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídio de reintegração. Salienta-se que se mantêm em vigor as reduções remuneratórias previstas nas Leis n.ºs 12-A/2010, de 30 de junho (cargos políticos)), tendo ocorrido uma reversão de 20%, a partir de 1 de janeiro de 2015, nas reduções remuneratórias estipuladas pelas leis do Orçamento do Estado,, por aplicação do nº 4 da Lei nº75/2014, de 12 de setembro, do que resultou um aumento de encargos com remunerações com Deputados, muito embora esta atividade apresente um decréscimo de 3,3% (cfr. Quadro 7);
- **“Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” (25,8%)** onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes - também objeto da reversão remuneratória determinada pela Lei nº75/2014, de 12 de setembro - tendo por limite o *plafond* para remunerações fixado pelo artigo 46.º da LOFAR, acrescidas dos respetivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e para a Segurança Social.

**Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2014	2015	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	30.908,40	45.773,20	48,1%
Gabinete de Apoio ao PAR	606.278,48	643.209,74	6,1%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.130.484,72	1.071.176,27	-5,2%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	400.816,19	400.901,44	0,0%
Conselho de Administração	71.901,94	70.346,82	-2,2%
Grupos Parlamentares	979.324,43	981.375,86	0,2%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.120.164,50	8.095.969,65	-0,3%
Comissões Parlamentares	322.903,79	364.330,95	12,8%
Deputados	18.888.966,06	18.270.290,09	-3,3%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	244.919,13	60.276,75	-75,4%
Deslocações em Território Nacional	3.919,47	9.063,12	131,2%
Deslocações ao Estrangeiro	895.056,03	810.172,05	-9,5%
Grupos Parlamentares de Amizade	38.543,81	188.531,85	389,1%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	152.975,93	221.642,63	44,9%
Programa Parlamento Jovem	86.120,11	90.250,64	4,8%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>31.973.282,99</b>	<b>31.323.311,06</b>	<b>-2,0%</b>

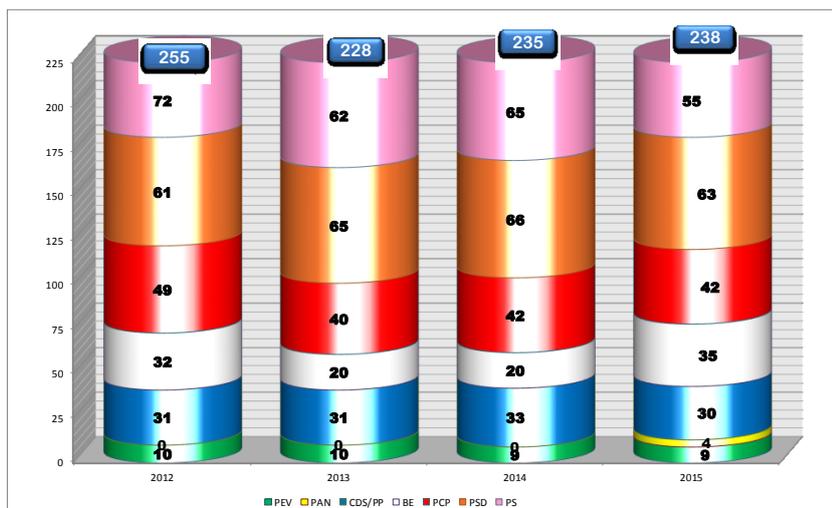
Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2014 para 2015 (Quadro 7), as “**Atividades Parlamentares**”, em termos globais, registaram um decréscimo de 2,0%, em consequência, conforme atrás já foi referido, do facto de as atividades políticas do Parlamento terem sido suspensas, dando lugar à campanha eleitoral para a Assembleia da República, que veio a culminar com o ato eleitoral de 4 de outubro de 2015.

Esta variação foi, essencialmente, influenciada pela execução orçamental das seguintes subactividades: “**Deputados**” (variação absoluta de - €618.675,97, o que representa -3,3%); “**Comemorações do aniversário do 25 de abril**”, (variação absoluta de - €184.642,38, o que representa -75,4%, por, em 2014, ter sido realizada a celebração do 40º aniversário do 25 de abril de 1974); “**Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários**” (variação absoluta de -€59.308,45 que representa -5,2%); “**Deslocações ao Estrangeiro**” (variação absoluta de - €84.883,98, representando - 9,5%); e “**Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares**” (variação absoluta de -€24.194,85 o que representa -0,3%).

## 2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de dezembro, é apresentada no Gráfico 4 seguinte.

### Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES E AO DEPUTADO ÚNICO REPRESENTANTE DE UM PARTIDO



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares, tendo estas remunerações sido sujeitas desde 2011 às reduções remuneratórias estatuídas pelas Leis do OE, e que, em 2015, foram objeto de uma reversão de 20% dessa redução.

Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no *plafond* atribuído aos Grupos Parlamentares**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal (que desde 2015 se cingem à Segurança Social e à CGA), conforme valores que, de seguida, se apresentam, tendo-se verificado uma diminuição de encargos de 2014 para 2015 (pois, muito embora a reversão das reduções remuneratórias determine um aumento de encargos da entidade patronal, desde 1 de janeiro de 2015 a entidade patronal deixou de suportar encargos para a ADSE):

Ano	Segurança Social	Varição ano anterior (%)
2010	€1.346.689,51	19,1%
2011*	€1.341.101,88	-0,4%
2012**	€1.200.820,18	-10,5%
2013	€1.401.023,85	16,7%
2014	€1.457.310,70	4,0%
2015	€1.442.402,39	-1,0%

\* Em 2011 as remunerações foram objeto de reduções remuneratórias (entre 3,5% e 10%)

\*\*Em 2012 as remunerações tiveram reduções até um máximo 12% (e entre 1 de junho e 12 de setembro não houve quaisquer reduções)

## 2.2 Comissões parlamentares

Durante o ano de 2015, funcionaram **12 comissões parlamentares especializadas permanentes** e **3 comissões eventuais**, de acordo com o elenco infra:

### Comissões Especializadas Permanentes

<b>Designação</b> <b>XII Legislatura/XIII Legislatura</b>
1.ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
2.ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
3.ª - Comissão de Defesa Nacional
4.ª - Comissão de Assuntos Europeus
5.ª - Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública/Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa
6.ª - Comissão de Economia e Obras Públicas/Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
7.ª - Comissão de Agricultura e Mar
8.ª - Comissão de Educação, Ciência e Cultura/Comissão de Educação e Ciência
9.ª - Comissão de Saúde
10.ª - Comissão de Segurança Social e Trabalho/Comissão de Trabalho e Segurança Social
11.ª - Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação
12.ª - Comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação/Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

### Comissões eventuais

X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate – XII Legislatura
Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo – XII Legislatura
Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos – XIII Legislatura

Para além destas, deve ainda referir-se o apoio dado ao funcionamento da **Subcomissão de Igualdade** e aos **40 grupos de trabalho** que funcionaram entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, trabalhos que incluíram **39 deslocações em território nacional e ao estrangeiro**, e a organização de **17 conferências, colóquios e seminários**.

Manteve-se, igualmente, o apoio dado ao Grupo de Trabalho para análise dos Projetos de Resolução sobre a Promoção/Proteção da Natalidade e, ainda que parcialmente, ao **Grupo de Trabalho para a Consolidação Legislativa** e à Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, que reuniram, no total, por 28 vezes.

## 2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No domínio das organizações internacionais e interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre salientar que a Presidente da Assembleia da República na XII legislatura, Maria da Assunção Esteves, exerceu o cargo de Presidente do Bureau da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM) no âmbito do mandato 2014/2015. O mandato da Assembleia da República no Bureau foi assumido na XIII Legislatura pelo Presidente Eduardo Ferro Rodrigues e terminará em maio de 2016.

No âmbito da Presidência da AP-UpM, refira-se a realização em Lisboa, nos dias 11 e 12 de maio de 2015, de reuniões das 5 comissões permanentes (Política, Económica, Cultura, Mulheres e Energia), do Bureau e do Bureau Alargado, da II Cimeira de Presidentes da AP-UpM e da 11.ª Sessão Plenária.

Em 2015, contabilizaram-se 86 deslocações **não integradas em delegações parlamentares permanentes**, entre Deputados e funcionários, das quais se destacam 45 sem despesas de alojamento e transporte, resultado da designação de Deputados e funcionários para missões custeadas por organizações internacionais.

Constam do Quadro 8 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subactividades (“**Comissões Parlamentares**”, “**Deslocações ao estrangeiro**”, “**Grupos Parlamentares de Amizade**”, “**Serviços da AR**” e “**Cooperação Parlamentar**”):

**Quadro 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO**

Unidade: Euro

	2012	2013	2014	2015
N.º de deslocações	453	472	499	496
Despesa assumida	902.862	949.441	1.019.485	1.135.812
Despesa/deslocação	<b>1.993</b>	<b>2.012</b>	<b>2.043</b>	<b>2.290</b>

Importa referir que deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, refletem um ligeiro decréscimo de 2014 para 2015, verificando-se um diminuto crescimento da despesa assumida.

No ano de 2015 funcionaram 52 “**Grupos Parlamentares de Amizade**” (**GPA**), no âmbito **bilateral**, e 1 Grupo Parlamentar de Amizade no quadro **multilateral**.

Das atividades destes Grupos resultou, no ano de 2015, um conjunto de 127 reuniões:

<u>Evolução da Atividade dos Grupos Parlamentares de Amizade</u>	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de Grupos existentes	41	41	46	51	53	53
Nº de Reuniões realizadas	128	42	201	224	203	127

## 2.4 Cerimónias e Sessões Solenes

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das **relações internacionais multilaterais**, organizaram-se 6 eventos e no plano das **relações internacionais bilaterais** realizaram-se 15 iniciativas, 4 cerimónias de boas-vindas, além de visitarem a Assembleia da República 35 delegações internacionais.

**Entre 1 de janeiro e 22 de outubro de 2015** a **Presidente da Assembleia da República** concedeu 55 audiências, e **entre 23 de outubro e 31 de dezembro de 2015**, o **Presidente da Assembleia da República** concedeu 15 audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras.

No **plano nacional** destacam-se ainda a organização de 5 cerimónias de posse, 56 iniciativas e 9 cerimónias comemorativas e de homenagem.

## 2.5 Parlamento dos Jovens

O programa **Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, privado e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos Círculos da Europa e de Fora da Europa, que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR. Tem como principais objetivos apelar à participação dos jovens no debate democrático, alertar para a importância do exercício e da vivência de uma cidadania ativa e promover a consciência cívica, nomeadamente para as questões que afetam o seu presente e futuro, individual e coletivo.

Cabe à **Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura** definir as orientações para o programa, cuja execução se desenvolve em parceria com as seguintes entidades: Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Instituto Português do Desporto e Juventude, Direções

Regionais da Educação e da Juventude da Região Autónoma dos Açores e Direções Regionais de Educação e de Juventude e Desporto da Região Autónoma da Madeira.

No total, registaram a sua inscrição no programa 790 estabelecimentos de ensino, mais 30 do que no ano anterior. Inscreveram-se 398 escolas na sessão do ensino básico, entre as quais três escolas do círculo de Fora da Europa – Estados Unidos da América, Macau e Timor. No caso do ensino secundário, foram 392 as escolas inscritas, incluindo uma escola do círculo da Europa (Suíça) e duas do círculo de Fora da Europa (Macau e Timor).

#### Quadro 9 – Evolução da participação de escolas e alunos no Parlamento dos Jovens: XII Legislatura

Edição	ENSINO BÁSICO				ENSINO SECUNDÁRIO				TOTAIS Ensino básico+Ensino secundário			
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Escolas inscritas	426	374	367	398	370	363	392	392	796	737	759	790
Turmas envolvidas	2.030	1.852	1.812	2.139	3.498	1.797	1.820	1.998	5.528	3.649	3.632	4.137
Participantes nas listas eleitorais	16.574	15.328	13.554	14.997	10.400	9.481	10.684	9.580	26.974	24.809	24.238	24.577
Votantes: eleições sessões escolares	98.674	87.929	84.052	87.092	59.109	60.555	60.566	59.674	157.783	148.484	144.618	146.766
Deputados Eleitos: sessões escolares	8.179	7.304	6.543	7.440	5.859	5.985	5.994	5.797	14.038	13.289	12.537	13.237
Deputados eleitos: sessões distritais/regionais	1.329	1.221	1.123	1.291	1.216	1.199	1.252	1.272	2.545	2.420	2.375	2.563
Escolas eleitas: sessão nacional	64	62	62	63	64	63	65	65	128	125	127	128
Deputados eleitos sessão nacional	128	124	124	126	128	128	130	130	256	252	254	256

A Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura coordenou a participação dos Deputados da Assembleia da República nos debates, a convite das escolas, que se realizaram entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015, importando salientar que na sequência de 419 convites, que representaram um crescimento de 26% face ao ano anterior, foram realizados um total de 413 debates com a presença de Deputados da AR.

## 2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subatividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, em 2015, engloba apenas os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,3% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4 supra).

Os encargos assumidos nesta subatividade, num total de €177.959,93, apresentam, em 2015, um decréscimo de 0,5% relativamente ao ano anterior (-€919,46), refletindo-se a distribuição destes

encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:

### Quadro 10 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2014	2015	Var%
UIP	61.138,96	70.758,00	15,7%
UIP – Grupo Doze Mais	596,00	596,00	0,0%
APCE	10.000,00	0,00	-100,0%
APNATO	35.128,00	35.128,00	0,0%
APOSCE	29.694,00	30.400,00	2,4%
ASG UIP	409,94	473,71	15,6%
APM	37.700,00	37.700,00	0,0%
Contrib. anual IPEX	1.942,00		-100,0%
Secretariado COSAC	1.185,49	1.809,22	52,6%
Várias	1.085,00	1.095,00	0,9%
<b>Total</b>	<b>178.879,39</b>	<b>177.959,93</b>	<b>-0,5%</b>

### 3. Atividades de Apoio

No ano de 2015, a gestão das várias “**Atividades de Apoio**” continuou a pautar-se por objetivos direcionados a uma contínua racionalização de recursos, à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, ao aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes com vista a melhorar as condições de trabalho e beneficiar as instalações, à abertura do Parlamento ao cidadão, à conservação do património imobiliário da AR com a finalidade de criar condições de segurança e, ainda, à adoção de medidas com vista à melhoria ambiental.

Conforme Quadro 4 supra, as “**Atividades de Apoio**” corresponderam, em 2015, a 42,2% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade “**Serviços da Assembleia da República**”, por onde são pagas as remunerações e encargos da entidade patronal com pessoal dos SAR, como a mais representativa na estrutura de despesa, com 59,7% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 11).

### Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	OAR2015 Corrigido	Encargos assumidos		
		execução	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	16.474.709,00	15.083.386,23	91,6%	59,7%
Gabinete do Secretário-Geral	520.370,00	497.739,33	95,7%	2,0%
Formação	163.889,00	84.010,03	51,3%	0,3%
Ação Social	474.800,00	272.178,29	57,3%	1,1%
Despesas de Funcionamento	11.451.144,26	9.216.957,85	80,5%	36,5%
Gabinete Médico	138.017,00	131.497,89	95,3%	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>29.222.929,26</b>	<b>25.285.769,62</b>	<b>86,53%</b>	<b>100,00%</b>

O ligeiro acréscimo de 0,6% dos encargos assumidos com as “**Atividades de Apoio**” (Quadro 12) reflete, sobretudo, o aumento de encargos ao nível da subatividade “**Serviços da Assembleia da**”

República” (representa em termos absolutos mais €93.904,93), face à reversão de 20% das reduções remuneratórias, vigente a partir de 1 de janeiro de 2015.

**Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2014	2015	
Serviços da Assembleia da República	14.989.481,30	15.083.386,23	0,6%
Gabinete do Secretário-Geral	498.760,91	497.739,33	-0,2%
Formação	83.109,92	84.010,03	1,1%
Ação Social	297.629,82	272.178,29	-8,6%
Despesas de Funcionamento	9.151.579,00	9.216.957,85	0,7%
Gabinete Médico	122.866,44	131.497,89	7,0%
<b>TOTAL</b>	<b>25.143.427,39</b>	<b>25.285.769,62</b>	<b>0,6%</b>

### 3.1 Gestão dos Recursos Humanos

De acordo com as deliberações do Conselho de Administração da Assembleia da República, em 2015 deu-se continuidade à prossecução das políticas de contenção da despesa. Não obstante o prosseguimento desta política, e face à grave situação em que se encontram os recursos humanos da Assembleia da República, com uma idade média acima dos 50 anos, em 2015, foram realizados processos de cedência de interesse público para fazer face à necessidade urgente de colmatar graves carências dos serviços, resultantes do acentuado e contínuo fluxo de saída de funcionários.

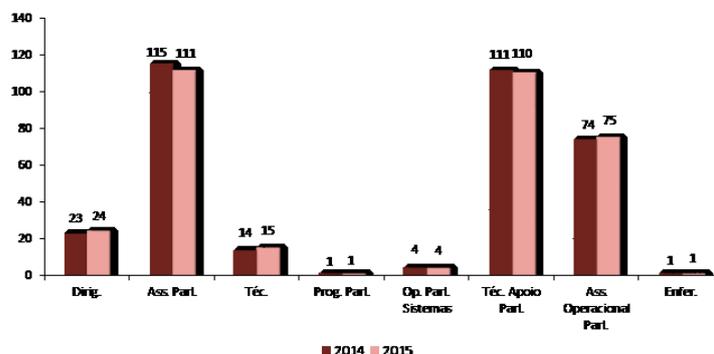
No ano de 2015 procedeu-se à abertura de procedimentos concursais para ingresso de assessores parlamentares em várias áreas, com vista ao preenchimento imediato de 23 postos de trabalho. Ainda durante este ano foram recrutados 6 novos assistentes operacionais, no âmbito do procedimento aberto em 2014.

Assim, à data de 31 de dezembro de 2015, regista-se a existência de 341 funcionários em efetividade de funções, constantes do mapa de pessoal da Assembleia da República, neles se incluindo 30 funcionários em regime de cedência de interesse público: 27 nos Serviços da AR (SAR) e 3 em entidades independentes – CFSIRP, CJP, CFBDP-ADN - que funcionam junto da AR e à qual compete, nos termos legais, assegurar o apoio logístico e/ou administrativo. Dos 27 funcionários em regime de cedência de interesse público que estão afetos aos SAR 15 estão na DSATS (6 na UTAO); 6 na DSAF; 1 no GARIP; 2 na DSDIC; 1 no CA; 1 no CINF e 1 no GME.

No total de funcionários em efetividade de funções, encontram-se incluídos 9 em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (5 na DRAA, 2 na DAPAT, 1 na DP e 1 no CJP).

Acresce, ainda, a existência de 6 contratos em regime de avença nos SAR (2 na DRAA, 1 no DAC, 3 no GMS) e 1 no CNPMA.

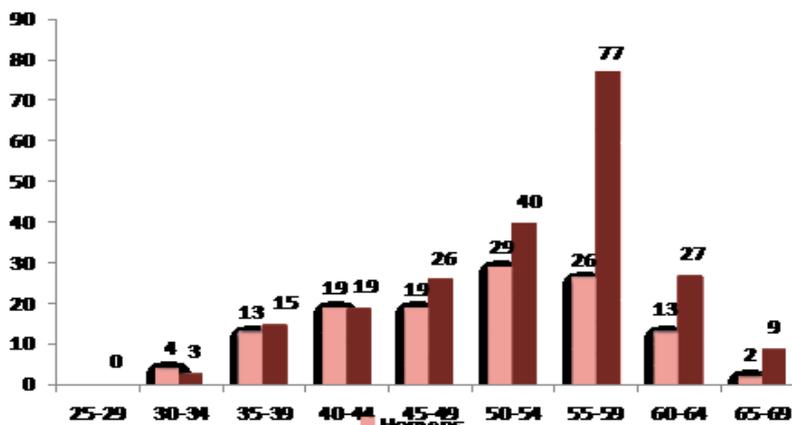
**Gráfico 5 – EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS EFETIVOS**



O **gráfico 5** ilustra a comparação de efetivos por grupos profissionais, em 2014 e 2015, verificando-se decréscimos na carreira de assessor parlamentar e de técnico de apoio parlamentar, motivados principalmente por aposentações. Os grupos de dirigente e de técnico aumentaram 1 efetivo cada, por força de alterações no grupo dirigente (cessação da comissão de serviço de um técnico e criação de uma nova unidade orgânica). De igual forma, o grupo de assistentes operacionais parlamentares mostra a subida de 1 efetivo como consequência no início de atividades, em regime de período probatório, de novos funcionários decorrentes da finalização do procedimento concursal já mencionado.

A carreira de assessor parlamentar continua a ser a que tem maior representatividade (32,6% do total de funcionários), logo seguida da carreira de técnico de apoio parlamentar (32,3% do total de funcionários). Em termos absolutos a diferença entre estas duas carreiras é de apenas quatro funcionários.

**Gráfico 6 – EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS**



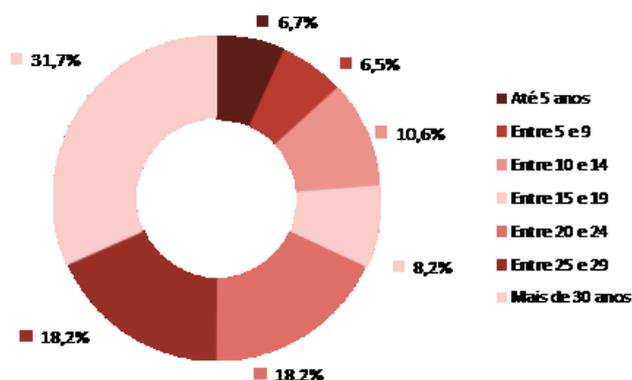
O **gráfico 6** mostra a distribuição dos efetivos por escalões etários e de acordo com o género. O escalão dos 55-59 anos é o que contabiliza o maior número de funcionários com 103 efetivos,

registando um aumento de 9 funcionários em relação ao ano anterior. Este escalão corresponde a 30,2% do total de efetivos.

Analisando os efetivos por género, verifica-se que o maior número de efetivos masculinos se situa no escalão dos 50-54 anos, com um total de 29 funcionários. Já no grupo feminino, o escalão com maior número de efetivos é o dos 55-59 anos, com 77 efetivos.

A média etária em 2015 situou-se nos 51,8 anos.

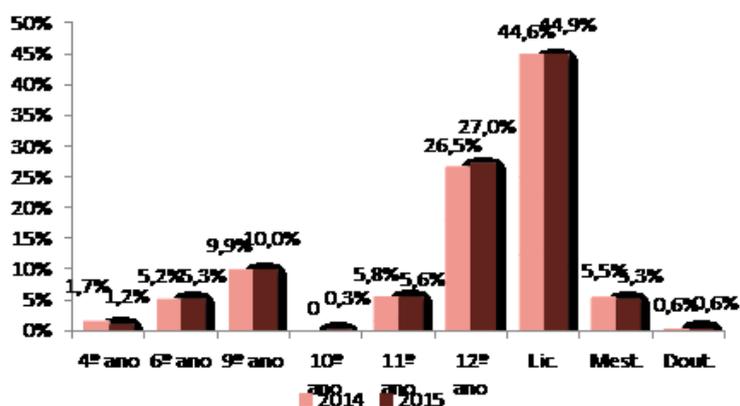
**Gráfico 7 – EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE**



O **gráfico 7** representa a distribuição percentual de funcionários pelo nível de antiguidade na função pública, com uma maior concentração no escalão "mais de 30 anos de serviço", que regista 31,7% do total de efetivos. Esta percentagem apresenta uma subida de 6,6% face ao período homólogo.

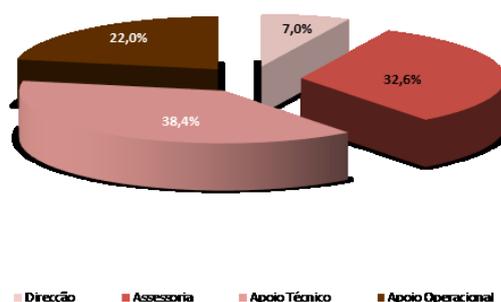
O nível médio de antiguidade, em 2015, situou-se nos 23,3 anos.

**Gráfico 8 – EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL**



O **gráfico 8** apresenta a distribuição dos efetivos por nível habilitacional, verificando-se que 50,8% dos efetivos detêm o grau de licenciatura ou superior, representando assim pouco mais de metade do total de efetivos. O nível habilitacional da licenciatura continua a ser o que assume maior expressão, com 44,6% do total de funcionários.

**Gráfico 9 – FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE**



Os efetivos podem ser ainda agrupados por quatro grandes áreas, apresentadas no **gráfico 9**, refletindo a estrutura funcional dos serviços da AR. Como é expectável, o menor grupo corresponde à direção, que em 2015 assumiu um valor correspondente a 7,0%.

O maior grupo é o do apoio técnico, com 38,4% (onde se incluem as carreiras a que se refere o artigo 94.º do Estatuto dos Funcionários Parlamentares), seguido do grupo de assessoria, com 32,6%. O apoio operacional corresponde a 22,0% do total de funcionários.

### 3.2 Formação

No que se refere à **Formação Profissional**, assinala-se a execução do Plano de Formação para 2015, no âmbito do qual se realizaram 7.045 horas de formação (6.065 internas e 980 externas), que abrangeram todos os Grupos de Pessoal.

Horas de Formação por Grupo Profissional	Dirigente	Assessor Parlamentar	Técnico	Técnico A. Parlamentar	Assistente Operacional	Outros	Total
Horas de Form. Int.	425	2.719	168	2.511	242	0	6.065
Horas de Form. Ext.	38	628	84	216	14	0	980
<b>Total</b>	<b>463</b>	<b>3.347</b>	<b>252</b>	<b>2.727</b>	<b>256</b>	<b>0</b>	<b>7.045</b>

Ocorreram, neste ano, 517 participações em ações de formação internas e 43 em ações de formação externas, as quais abrangeram Funcionários Parlamentares, Funcionários de Grupos Parlamentares e Funcionários de Entidades que funcionam junto da AR.

Total de Funcionários em ações de formação	
Internas	517
Externas	43
<b>Total</b>	<b>560</b>

As ações de formação executadas ao longo de 2015 foram distribuídas por diversas áreas formativas, tendo todas elas como objetivo genérico desenvolver as competências individuais e coletivas dos Funcionários Parlamentares.

Os cursos relacionados com as áreas de Formação Específica – Administração Pública (168 h), Assuntos Jurídicos (203 h), Línguas (3.110 h), Informática na Ótica do Utilizador (1.307 h), Curso destinado aos Assessores Parlamentares e Técnicos (832 h), Curso destinado aos Técnicos de Apoio Parlamentar (759 h) e o Curso destinado aos Assistentes Operacionais Parlamentares (170 h), foram os que tiveram maior participação de formandos.

### 3.3 Atividade Cultural e de Comunicação

No ano de 2015, a ARTV- Canal Parlamento completou 13 anos de funcionamento no atual formato, tendo prosseguido as emissões 24h/dias, todos os dias da semana, nas plataformas de cabo (NOS, MEO, VODAFONE, CABOVISÃO) e as emissões regulares na plataforma digital terrestre (TDT). Foram emitidas 5900 horas (CABO+NET, das quais 2300 na TDT) e 1.450 horas de conteúdos gravados (1.040h de reuniões das comissões parlamentares, 300h de reuniões plenárias e 110h de outros eventos), além da emissão disponibilizada através da internet ([www.canal.parlamento.pt](http://www.canal.parlamento.pt)). No sistema de gravação digital (DIGIAUDIO), foram gravadas 311h de reuniões plenárias e da Comissão Permanente e 3947,5h de reuniões de comissões parlamentares, dos quais 375h relativas a outros eventos.

O **sistema de votação eletrónica** foi utilizado, para verificação de quórum e votação, em 43 sessões plenárias.

No âmbito da atividade cultural, as **visitas guiadas** assumem um papel importante porquanto apresentam o Parlamento e o Palácio de S. Bento numa perspetiva pedagógica e de informação para a cidadania, de forma participada e interativa.

Em 2015 manteve-se o formato das visitas dos últimos anos, com visitas guiadas em dias úteis e no último sábado do mês e visitas livres no dia de "Parlamento de Porta Aberta".

Durante o ano de 2015 foram realizadas **410 visitas guiadas**. Em relação a 2014, regista-se uma diminuição de cerca de 6% (menos 28 visitas). Esta diminuição vem em contraciclo com os aumentos de anos anteriores (aumentos que demonstram o crescente interesse dos grupos organizados em conhecer o Parlamento e dos Deputados em dar a conhecer aos seus convidados este órgão de soberania). O decréscimo verificado justifica-se pela falta de capacidade de resposta por parte dos serviços aos pedidos efetuados.

No que respeita ao número de visitantes, as visitas guiadas foram integradas por **13 547 cidadãos**.

**Gráfico 10.1**



**Gráfico 10.2**



Em 2015, a Assembleia da República não se associou às Jornadas Europeias do Património (JEP), por coincidir com o período eleitoral das eleições legislativas realizadas neste ano.

No dia do "**Parlamento de Porta Aberta**", os cidadãos foram convidados a visitar o Palácio de S. Bento na tarde do dia 25 de Abril. Em 2015, com as comemorações dos 41 anos do Dia da Liberdade e dos 40 anos das primeiras eleições livres e democráticas, a Assembleia da República esteve aberta aos cidadãos, não só nessa tarde, mas também durante a noite, tendo encerrado as suas portas às 24 horas. Acolheram-se **2 452 cidadãos** que visitaram o Palácio de S. Bento e participaram nas diversas atividades organizadas pelos serviços da Assembleia da República, oficinas lúdico-pedagógicas para os mais jovens e famílias, atuações musicais e projeção de filmes alusivos às eleições constituintes de 1975.

Em 2015, no que diz respeito à assistência a sessões plenárias, continuou a verificar-se a tendência de diminuição relativamente aos números de anos anteriores, tendo-se registado a presença na Sala das Sessões de 22 417 cidadãos.

Gráfico 11



O **portal internet** da Assembleia da República, [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt), continua a ser o veículo de comunicação mais abrangente, difundindo toda a atividade parlamentar que decorre no Parlamento, a cada momento.

Em termos estatísticos, o total de visitantes do portal foi de **2 846 076**, o que representa uma **média mensal de 237 173** acessos, mantendo-se a tendência de crescimento verificada nos últimos anos.

Gráfico 12



O **Boletim Informativo**, contendo **a agenda parlamentar** e toda a restante informação essencial sobre as atividades do Parlamento, nomeadamente as agendas das comissões parlamentares, de forma permanente e atualizada, continua a ser um recurso de referência e grande utilidade, em particular para os órgãos de comunicação social.

Manteve-se ainda a publicação da **ComunicAR**, uma *newsletter* mensal de toda a atividade parlamentar, distribuída a cerca de 25.000 endereços de correio eletrónico.

### 3.4 Funcionamento

**3.4.1.** No que se refere à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão**, sublinha-se a utilização eficiente e otimizada dos recursos disponíveis, concretizando-se nas seguintes ações:

- Aperfeiçoamento dos modelos relativos aos procedimentos concursais disponibilizados no SIGAR quer na vertente do aprovisionamento quer na vertente patrimonial;
- Centralização no SIGAR de todos os contratos, passando este sistema a deter toda a informação relativa à gestão dos contratos duradouros. Conclusão dos fluxos de aprovação de outras requisições eletrónicas, designadamente: requisições de papel e requisições de assistência técnica e manutenção, requisições às compras, bem como a parametrização dos módulos respetivos no SIGAR - Obras e manutenção, Gestão dos Stocks, aprovisionamento e Portal WEB das requisições.
- Resposta às requisições de bens móveis e de consumíveis, com a inerente gestão de stocks, incluindo a manutenção atualizada de um inventário geral de bens móveis e imóveis da Assembleia;
- Aplicação de procedimentos de controlo interno no armazém do economato, bem como das regras de contenção nos consumos de artigos disponíveis em armazém, que tem contribuído para uma redução significativa nos consumos/custos de cerca de 14% quando comparado com o ano transato. De referir a conclusão e implementação do manual de procedimentos de Gestão de Stocks e respetiva atualização do regulamento do Armazém.
- Abertura e sequência de procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como do respetivo acompanhamento e fiscalização;
- Gestão continuada dos instrumentos contratuais de manutenção global ou parcial, com propostas de atualização, renovação ou não renovação dos mesmos;
- Elaboração de estatísticas periódicas sobre consumos;

- Divulgação de linhas orientadoras para aplicação de reduções aos preços contratuais previstas pela Lei do OE/2015.
- Celebração de contratos de fornecimento de viagens e alojamentos ao abrigo do acordo quadro existente;
- Centralização e gestão da carteira de seguros da Assembleia da República;

**3.4.2** No que se refere à **política ambiental**, salienta-se que em 2015 foi concluída a auditoria energética e ambiental realizada à Assembleia da República, a qual visou uma avaliação aprofundada e o gizar de um plano base que permitisse a sistematização da transformação do Parlamento numa organização eco-eficiente, propondo medidas e a análise dos respetivos custos, benefícios, bem como o tempo de retorno do investimento.

Na sequência do diagnóstico produzido foram aprovadas, pelo Conselho de Administração, no final do primeiro semestre de 2015, diversas medidas para promoção de boas práticas ambientais.

Ao longo do ano, a AR continuou a adotar uma política ambiental cuidada e consciente, procurando a racionalização de consumos e custos, nomeadamente nas áreas de iluminação, água e energia. De referir, igualmente, uma política consciente de gestão de resíduos. Por último, sublinhe-se a prática de introdução de critérios ambientais como ponderadores de seleção de propostas de aquisição de bens e serviços, como foi o caso do concurso das limpezas, bem como a obrigação dos prestadores de serviços aderirem ao manual de boas práticas ambientais, aprovado na sequência da auditoria.

**3.4.3** No que respeita à **Biblioteca**, existiam, no final de 2015, 118 719 registos bibliográficos, correspondendo a 49 470 registos de monografias, 3268 de publicações em série e 65 981 registos de analíticos.

**3.4.4.** A atividade de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2015, nas vertentes de tradução e revisão de textos em oito línguas de trabalho (português, inglês, francês, espanhol, alemão, árabe, italiano, e russo), bem como do apoio linguístico, nomeadamente em documentação de apoio a conferências e reuniões de assembleias parlamentares, documentação relativa às comissões parlamentares, apresentações de diapositivos para delegações estrangeiras, intervenções e curricula de deputados, legislação e nomenclatura de legislação específica, pareceres da Comissão de Assuntos Europeus, questionários, relatórios, textos relativos a peças do Museu, programas de conferências, correspondência dos Gabinetes e outros.

Destaca-se o apoio, ao nível de tradução, dado às reuniões das assembleias parlamentares, em particular à **Cimeira da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo**, realizada na Assembleia da República, às conferências organizadas pelas comissões parlamentares, bem como na atualização da página da Internet do Parlamento, em inglês e francês.

Realce-se, por último, a organização, em parceria com a **Procuradoria-Geral da República e a Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, do 6.º Encontro de Tradutores da Administração Pública**, que, neste ano, teve como tema "O estado das artes", incidindo no debate de quatro temas principais - Tradução, Revisão, Terminologia e Ferramentas - bem como na troca de experiências e de boas práticas entre profissionais

#### **4. Atividade Editorial**

Em 2015, a Assembleia da República deu continuidade à atividade cultural e editorial que tem vindo a ser desenvolvida e que se traduziu na edição de livros, brochuras, folhetos, postais, convites e outros materiais promocionais; na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento; na gestão de ofertas institucionais e de comercialização de artigos; na gestão de stocks e dos armazéns de peças e publicações; na organização de sessões de lançamento de livros e na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação na Feira do Livro de Lisboa.

Foram editados 17 livros, dos quatro são publicações eletrónicas, registando-se assim mais oito títulos que em 2014.

Foram, ainda, desenvolvidos trabalhos de criação da imagem gráfica e produção de materiais (anúncios, cartazes, convites, sinalética, programas, folhetos, *banners* para o portal da AR) para os eventos que tiveram lugar no Parlamento, destacando-se os trabalhos desenvolvidos para as Comemorações dos 40 Anos da Assembleia Constituinte de 1975, a transladação de Eusébio da Silva Ferreira e respetiva exposição evocativa, as páginas do *facebook* Parlamento Cultural e Parlamento dos Jovens, o boletim ComunicAR, as duas edições anuais do Parlamento dos Jovens e o acolhimento dos Deputados no início da XIII Legislatura. Foram ainda concebidas e produzidas telas com a programação cultural mensal para colocação na fachada do Palácio de S. Bento.

Foram organizadas as seguintes exposições:

"Todos às Urnas" (25 de abril a 31 de julho) e "Portugal Eusébio" (24 de junho a 31 de julho, em parceria com o Museu Cosme Damião).

No contexto das exposições foi também dado apoio à itinerância das exposições "O Nascimento de uma Democracia" e "Portugal e a Grande Guerra".

Manteve-se a participação na Feira do Livro de Lisboa, entre 28 de maio e 14 de junho. Para o pavilhão da Feira do Livro foi utilizada a imagem da exposição "Todos às Urnas", então patente no Palácio de S. Bento.

Na sequência do contrato assinado em 2013 com a Imprensa Nacional Casa da Moeda, prosseguiu-se com o processo de distribuição das obras editadas pela AR pelas livrarias nacionais.

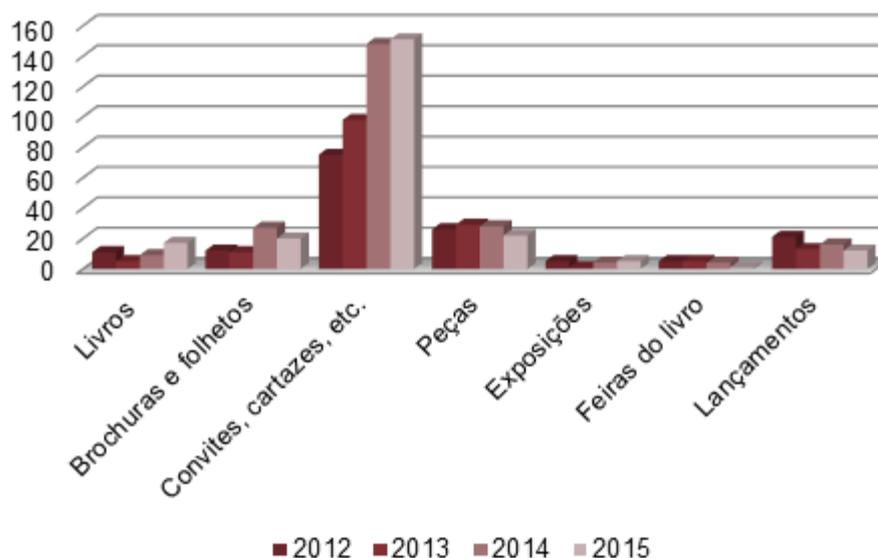
**Quadro 13**

<b>ATIVIDADE EDITORIAL 2015</b>	
<b>Livros</b>	
Impressos	13
Eletrónicos	4
<b>Material promocional e de apoio aos eventos parlamentares</b>	
Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, anúncios e cartazes	171
Agendas	3
<b>Peças e merchandising</b>	
Peças novas: porcelanas, cortiças, papelaria	19
<b>Feiras do livro</b>	
Lisboa e Livraria Parlamentar	1
<b>Lançamentos de livros</b>	
Exposições (organização e colaboração)	5

A contenção orçamental que a AR vem mantendo, desde 2010, refletiu-se na redução dos custos desta atividade.

**Gráfico 13**

### ATIVIDADE EDITORIAL 2012-2015



## 5. Cooperação Interparlamentar

### 5.1 Bilateral

No âmbito da Cooperação estabelecida com os Parlamentos de Língua Portuguesa, durante o ano de 2015, importa salientar a assinatura do Relatório de Avaliação Final do Programa de Cooperação 2012-2014 e a definição das linhas orientadoras do novo Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional de Cabo Verde para 2015-2017, bem como a assinatura do novo Programa de Cooperação entre Assembleia da República e a Assembleia Nacional da República Popular de Angola 2015-2016.

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2015, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar realizaram-se as seguintes ações de cooperação com seis Parlamentos de língua Portuguesa:

- ✓ **Assembleia Nacional da República de Angola (ANRA) – 6 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) – 14 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB) – 7 ações**
- ✓ **Assembleia da República de Moçambique (ARM) – 1 ação**
- ✓ **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) – 9 ações**
- ✓ **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) – 16 ações**

## 5.2 Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e no quadro das atividades da **Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP)**, a Assembleia da República participou no XVI Encontro da ASG-PLP na Cidade da Praia, de 13 a 15 de julho, e no 1.º Encontro de Quadros de Gestão Orçamental, no Congresso dos Deputados em Brasília, de 16 a 20 de novembro de 2015.

Prosseguiram os trabalhos relativos à implementação de bases de dados de atividade parlamentar, conforme o modelo de adaptação da Base de Dados Bungeni nos Parlamentos interessados, designadamente na Assembleia Nacional de Cabo Verde, na Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe e no Parlamento Nacional de Timor.

Em 2015, foram ainda realizadas seis missões de *Twining*, no contexto do apoio em várias áreas ao Parlamento da Bósnia Herzegovina.

## 6. Gestão das Tecnologias de Informação

Os trabalhos desenvolvidos em 2015 foram condicionados pelo facto de ter ocorrido, no período em apreço, uma Consultoria ao Sistema Informático da Assembleia da República (SIAR).

No entanto, independentemente deste processo, foram desenvolvidos projetos planeados para o ano de 2015 que visavam a evolução das soluções tecnológicas com impacto significativo no funcionamento da AR, orientadas para a melhoria das soluções disponibilizadas aos utilizadores. Destes, destaca-se pela sua relevância, a renovação da infraestrutura de suporte aos postos de trabalho dos Deputados, no hemiciclo e nos seus gabinetes.

Durante o período em apreço ocorreram eleições legislativas que conduziram a alterações na composição política da Assembleia da República. Tal como em ocasiões anteriores, foram organizadas sessões de acolhimento aos Deputados, que tiveram um impacto significativo no volume de trabalho a nível informático.

Acresce, ainda, a necessidade de acompanhamento da evolução tecnológica e de apoio aos restantes SAR na implementação dos seus projetos.

**6.1 No âmbito da implementação de projetos críticos**, dado que asseguram a continuidade de serviços imprescindíveis ao normal funcionamento deste Órgão de Soberania, destacaram-se:

- **Evolução da solução de virtualização dos postos de trabalho dos Deputados – BEP** - A solução BEP – Bancada Eletrónica Parlamentar - foi inicialmente concebida e instalada em 2008. Desde então, a tecnologia de virtualização de postos de trabalho sofreu uma evolução muito significativa, pelo que o sistema existente apresentava evidentes sinais de obsolescência.

Assim, foi decido adquirir uma nova infraestrutura de suporte aos postos de trabalho virtuais afetos aos Deputados. A solução englobou a substituição de *hardware* (servidores e postos terminais) e *software*, tendo permitido a disponibilização de condições adequadas ao trabalho parlamentar, tanto no hemiciclo como nos gabinetes de trabalho. A solução adquirida foi implementada a tempo de poder ser utilizada no reinício dos trabalhos parlamentares, após as eleições legislativas.

- **Evolução da Entidade Certificadora** - A obsolescência tecnológica das *infraestruturas* de suporte à ECAR e a consequente necessidade de proceder à sua reformulação, com elevados custos de investimento, conduziram à pesquisa de soluções alternativas.

A ECAR tinha como funções fornecer serviços de certificação eletrónica a utilizadores e servidores *web*, disponibilizando ainda o serviço de *timestamping* e de OCSP (*Online Certificate Status Protocol*).

Analisadas as soluções existentes no mercado, foi decidido, em 2014, que a AR se constituisse como uma Autoridade de Registo de uma Entidade Certificadora, dispensando a aquisição e utilização de *hardware* e *software* específico para estas funções. Eliminou-se desta forma a necessidade de manutenção e atualização da solução, resultando numa redução significativa de custos e assegurando a adaptação dos serviços de certificação às necessidades da AR.

No seguimento do concurso público para a aquisição dos serviços acima referidos, em 2015 foi implementada a Entidade de Registo da AR (ERAR) e concretizada a sua integração com as restantes soluções informáticas. Esta implementação englobou, para além da aquisição dos certificados de assinatura digital qualificada e do desenvolvimento de mecanismos para a implementação de uma Autoridade de Registo da Entidade Certificadora adjudicante, a implementação do serviço de *timestamping* que visa a inclusão de um selo temporal nas assinaturas digitais. De forma a prolongar o prazo de validade dos certificados utilizados no momento da assinatura, foi também implementada uma solução de preservação de longo prazo de documentos assinados digitalmente (LTV). Procedeu-se igualmente à substituição dos certificados de Infraestrutura em todos os servidores *Web* cujos serviços exigem o estabelecimento de canais seguros para comunicação.

Após a implementação da ERAR deu-se seguimento à cessação da atividade da ECAR. Para tal foram desenvolvidas as seguintes atividades: Elaboração de Plano de Cessação de Funções; Comunicação à Entidade Certificadora raiz do Estado, aos titulares de certificados emitidos, a entidades subcontratadas e a terceiros, da intenção de cessação de funções; Transferência de informação física, informação digital e equipamento físico de suporte da ECAR para entidade credenciada, nos termos legais e por fim destruição da chave privada da ECAR, nos termos legais.

Os últimos certificados ativos emitidos pela ECAR foram revogados em 27-07-2015, tendo-se procedido em 02-11-2015 à revogação da CA (Certification Authority) e subsequente destruição das chaves de encriptação.

- **Desenvolvimento do novo Portal do Deputado** - O objetivo da génese deste projeto foi o de criar um portal com conteúdos especificamente destinados aos Deputados, congregando a informação necessária ao trabalho parlamentar, respondendo assim às efetivas necessidades dos seus utilizadores: os Deputados.

. Através do Portal, que cumpre esses requisitos, os Deputados acedem às principais aplicações e serviços relacionados com a sua atividade diária, dispensando o acesso à intranet para consulta/pesquisa de informação do seu interesse.

- **Reorganização da Intranet** - O aumento exponencial do volume de informação da intranet da Assembleia da República (AR@Net) desde a sua criação, em 2001, traduziu-se também na sobrecarga de informação na sua primeira página, provocando uma crescente dificuldade de acesso à mesma por parte dos utilizadores.

Face às dificuldades reportadas, deu-se início a um projeto visando a reorganização dos conteúdos, tendo este trabalho sido complementado com uma alteração do aspeto visual deste portal.

## **6.2 No âmbito da implementação de projetos diretamente relacionados com a atividade parlamentar, destacam-se:**

- **Nova Legislatura** - Em 2015 decorreram eleições legislativas, tendo sido organizadas sessões de acolhimento aos novos Deputados, e que exigiram a instalação da necessária infraestrutura técnica de suporte.

Foram, ainda, desenvolvidos mecanismos inerentes ao encerramento de uma Legislatura e abertura da seguinte.

- **Registo de Interesses dos Membros do Governo** - Apesar de, à semelhança dos Deputados, existir a obrigatoriedade do preenchimento e entrega do Registo de Interesses por parte dos

Membros do Governo, estes registos eram preenchidos manualmente e após digitalização, enviados para publicitação no *site* da AR. Apenas a entrega dos Registos de Interesses dos Deputados se encontrava desmaterializada. No seguimento do despacho da PAR sobre este assunto, onde foi determinado que o processo de submissão de registo de interesses dos Membros do Governo fosse também desmaterializado, foram desenvolvidas as necessárias iniciativas, tendo o processo sido finalizado no final de 2015.

- **Expansão da rede Governo à Bancada do Hemiciclo** - O CEGER solicitou à AR a expansão da rede do Governo à bancada do Hemiciclo. Este pedido sustentou-se na necessidade de possibilitar aos membros do Governo, nas suas deslocações ao Hemiciclo da AR, meios de comunicação direta com a Rede Informática do Governo (RInG), quer de voz quer de dados. Após análise da viabilidade técnica e da confirmação da manutenção da total separação lógica e física das redes do Governo e da AR, o trabalho foi realizado e a expansão da rede do Governo à bancada do Hemiciclo foi implementada durante as férias parlamentares.

**6.3** No que concerne ao **reforço da segurança e melhoria do acesso ao SIAR** assinala-se a implementação das seguintes soluções:

- **Aumento da largura de banda da AR** - O circuito de ligação à internet da AR era, até meados do ano de 2015, de 100Mbps, tendo sido feito um aumento para 500Mbps.
- **Expansão da rede wireless ao Edifício da D. Carlos** - Tal como previsto, foi concretizada a disponibilização de rede sem fios no Edifício D. Carlos permitindo aos SAR que funcionam neste edifício usufruir deste serviço.
- Implementação de solução **Antivírus para infraestrutura de Virtualização** - Com este projeto pretendeu-se dotar a infraestrutura de virtualização de um motor de antivírus mais eficiente do que o anteriormente implementado.
- **Redundância de backups** - A necessidade de salvaguarda de dados resulta da necessidade de recuperação de informação em caso de perda acidental ou por desastre. O esquema atual de backups prevê a colocação dos dados mais importantes num sistema de discos (Disk-to-Disk) e, posteriormente, copiados para um sistema de TAPES amovíveis. Para reforço da segurança, a este nível, foi adquirido um novo robot de backups que permite a criação de dois conjuntos de tapes, assegurando a redundância da informação salvaguardada

**6.4** No que concerne à **evolução tecnológica, implementação de novas funcionalidades e melhoria de serviços prestados** aos utilizadores, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Migração da plataforma de suporte à gestão de conteúdos da intranet (AR@Net) para a sua última versão** - Para garantir a normal evolução das soluções disponibilizadas pela AR, bem como melhorar a performance e aproveitamento das novas funcionalidades introduzidas pela nova versão do produto que suporta o *site* e a intranet do Parlamento, foi concretizada a prevista migração desta plataforma para a sua última versão. Esta migração decorreu em paralelo com o projeto de renovação gráfica e reorganização dos conteúdos.
- **Consolidação dos webservices da AR@Net e site do Parlamento** - No sentido de uniformizar a forma e dados disponibilizados na AR@Net e *site* do Parlamento, envidaram-se esforços na revisão e redesenvolvimento dos webservices consumidos por ambos os portais. Esta tarefa assume uma importância vital, já que consolida a informação disponibilizada através dos sites internos e externos da AR.
- **Aplicação AP – Aplicação de Atividade Parlamentar** - Durante 2015 foram introduzidas novas funcionalidades na AP com vista a dar resposta a novas necessidades. Para além das funcionalidades destinadas ao encerramento e abertura automática das legislaturas, foram desenvolvidos mecanismos de subscrição de agendamento das reuniões dos vários Órgãos, permitindo a disponibilização desta informação a qualquer utilizador do sistema informático da AR.
- **Submissão Eletrónica de Perguntas e Requerimentos** - Durante 2015 a aplicação de Submissão Eletrónica de Perguntas e Requerimentos foi revista, tendo sido adotado o layout já em uso na AP. Por forma a assegurar a continuação da validade dos selos temporais apostos nas Perguntas e Requerimentos, foi introduzido o serviço de LTV – Long Time Validation.

**6.5** Por fim, realça-se o trabalho desenvolvido para **implementar e suportar tecnologicamente projetos** que visam dar resposta a necessidades apresentadas por **outros Serviços da AR**

- Introdução de melhorias na aplicação de **Gestão de Pedido de Visitas à AR** – Foi instalada uma nova aplicação que permite o registo automático dos pedidos efetuados online na base de dados, facultando a visualização da calendarização das visitas.

- **Nova solução WebTV e novo Circuito de Acesso** - A AR tinha, em 2015, em curso um projeto de constituição de uma nova solução audiovisual através da internet, do tipo WebTV, que carece de recursos informáticos dedicados. Esta plataforma destina-se a disponibilizar para a rede pública, conteúdos vídeo, com boas condições de acesso. Pela especificidade da solução, pela exposição ao exterior e pelos fatores de tráfego não quantificáveis do projeto, foi instalada uma solução que contempla a separação da solução WebTV da restante rede da AR.
- **Integração da AP com a aplicação de Debates Parlamentares** - Com a entrada em produção da nova aplicação de Debates Parlamentares houve necessidade de proceder ao desenvolvimento de webservices destinados à integração desta aplicação com a AP, visando a disponibilização dos Debates Parlamentares no site da AR.
- Para além dos projetos acima descritos, destaca-se a prestação de serviços de **apoio ao utilizador**, que se revestem da maior importância ao normal funcionamento da AR e para a rentabilização dos investimentos realizados na área das tecnologias de Informação. No ano em avaliação foram resolvidos **2565 Incidentes e atendidos 2651 pedidos** de serviço.

## 7. Investimentos

### 7.1 Investimentos realizados em 2015

No ano de 2015, em termos orçamentais, regista-se um crescimento de 13,6% do investimento, relativamente a 2014, tendo concorrido para este aumento o acréscimo verificado em "Equipamento Informático" com um aumento de 122,5%, em "Equipamento Administrativo" com um acréscimo de 74,9% e, ainda, em "Equipamento Audiovisual" com um crescimento face de 26,8%.

#### Quadro 14 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2014	OAR2015	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	190.000,00	76.139,00	-59,9%
Equipamento de informática	464.000,00	1.032.500,00	122,5%
Software informático	689.221,00	498.819,00	-27,6%
Equipamento Administrativo	194.425,00	340.000,00	74,9%
Ferramentas e utensílios	600,00	0,00	-100,0%
Artigos e objetos de valor	4.850,00	3.000,00	-38,1%
Equipamento de gravação e audiovisual	543.994,00	689.592,00	26,8%
Bens do Domínio Público	1.288.920,00	1.196.668,00	-7,2%
<b>TOTAL</b>	<b>3.376.010,00</b>	<b>3.836.718,00</b>	<b>13,6%</b>

A análise do quadro supra permite ainda identificar as rubricas que apresentam decréscimos, nomeadamente as que têm maior peso na estrutura deste tipo de despesa, a saber: “software informático”, que decresce 27,6% (€190 mil euros em termos nominais); “edifícios”, que decresce 59,9% (representando cerca de €114 mil euros); e “Bens do Domínio Público” que traduzem as empreitadas realizadas no Palácio de S. Bento, que com um peso de 31,2%, apresenta uma variação negativa de 7,2% (um decréscimo de €92 mil euros).

Os valores orçamentados apresentam um nível de execução global em 2015 de 49,5% registando-se um crescimento de 98,3% da execução orçamental relativamente a 2014 (cfr. Quadro 5). Salienta-se que, para este crescimento ao nível da execução, contribuíram de modo decisivo a execução de “Equipamento Administrativo” com uma execução de 93,1%, logo seguido do “Equipamento de Informática” com 86,7%.

O orçamento para investimento não utilizado, em 2015, foi de €1.938.300,79, representando, em grande parte, os menores níveis de execução em: “Bens do Domínio Público”, “Equipamento de gravação e audiovisual” e “Software informático” (cf. Quadro 15).

#### Quadro 15 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	OAR2015		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	76.139,00	16.138,71	21,2%
Equipamento de informática	1.032.500,00	894.844,83	86,7%
Software informático	498.819,00	153.777,50	30,8%
Equipamento Administrativo	340.000,00	316.483,85	93,1%
Artigos e objetos de valor	3.000,00	1.173,00	39,1%
Equipamento de gravação e audiovisual	689.592,00	271.117,58	39,3%
Bens do Domínio Público	1.196.668,00	244.881,74	20,5%
<b>TOTAL</b>	<b>3.836.718,00</b>	<b>1.898.417,21</b>	<b>49,5%</b>

Os investimentos, contabilizados em “**Edifícios**” e em “**Bens de domínio público**”- Palácio de São Bento - respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República, assim como à melhoria das suas instalações.

No ano de 2015 procurou-se, assim, prosseguir a **melhoria das condições de trabalho e das instalações, bem como da conservação do Património Imobiliário da AR**. Contudo, a mudança de Legislatura, na sequência das eleições de outubro, teve algum impacto no adiamento de alguns projetos.

Em face destes fatores houve empreitadas que foram adiadas e projetos reformulados, alguns face ao custo apresentado. Outro dos fatores que contribui para a reduzida execução dos investimentos é a complexidade dos projetos, que obrigaram a constantes reformulações e revisão dos mesmos, atrasando o lançamento dos procedimentos concursais.

Assim, do Plano de Atividades previsto deu-se apenas início às obras de preparação para instalação e realocização do grupo gerador e posto de transformação. O projeto foi concluído e solicitado o respetivo licenciamento, tendo sido necessárias algumas modificações para acondicionamento da nova localização do posto de seccionamento no Palácio. Uma vez concluída a empreitada de preparação terá início a Empreitada de aquisição e realocização do grupo gerador e posto de transformação que será executada em 2016.

No decorrer do ano 2015 foram concluídas as empreitadas adjudicadas em 2014, a saber:

- **Criação de um novo gabinete no piso sobreloja do Palácio** (incluiu a requalificação das instalações sanitárias de senhoras e homens nesse piso da sobreloja do Palácio de S. Bento). Em face do espaço se encontrar obsoleto e as suas dimensões desajustadas à sua utilização, foi criado um novo gabinete de trabalho;

- **Empreitada de reposição das condições de utilização do Anfiteatro da Casa Amarela**, a qual incluiu a beneficiação de paredes, tetos e pavimento; instalação de deteção de incêndios e melhoria das instalações elétricas;
- **Empreitada de beneficiação das coberturas da Escadaria Nobre e dos Passos Perdidos - Palácio de São Bento** – que permitiu efetuar a renovação de toda a instalação elétrica, que se encontrava totalmente obsoleta e reformular a cobertura, que passou a evitar situações de repasse de águas pluviais para os Passos Perdidos. Ao nível da Escadaria Nobre, a intervenção assegurou um reforço estrutural de todo o local, em particular do candeeiro central, cujas condições de fixação e segurança eram motivo de preocupações ao longo dos anos.

Acresce referir que foram lançados dois procedimentos concursais, que se concluíram sem que tenha ocorrido uma adjudicação, quer por inadequação de todas as propostas apresentadas, como foi o caso da empreitada de substituição do sistema automático de deteção de incêndios no Palácio de São Bento, quer por necessidade de revisão do projeto inicial, o que ocorreu com a **empreitada de requalificação dos sótãos do Andar Nobre (Fase B)**, tendente a concluir a requalificação das coberturas do Palácio de São Bento.

Não obstante as obras inscritas no Plano de Investimentos de 2015, a ação estendeu-se, igualmente a outros projetos, de igual relevância, não previstas no Plano de Atividades, destinados quer ao aproveitamento e rentabilização dos espaços e da sua reafectação, quer à conservação do património da AR com a finalidade de criar condições de segurança e conforto nos diversos edifícios da AR: Palácio de São Bento, Edifício D. Carlos I, Edifício Novo e Casa Amarela.

Os investimentos imputados a “**Equipamento de informática**” e a “**Software Informático**”, com taxas de execução orçamental de **86,7% e 30,8%** respetivamente, concorreram para a prossecução de objetivos de melhoria nesta área, muito embora num quadro de contenção orçamental.

No domínio do “**Equipamento administrativo**” verifica-se uma taxa de execução orçamental de **93,1%**. Neste âmbito o investimento continuou a distribuir-se por várias áreas prosseguindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, de acordo com as necessidades sentidas e rentabilização do espaço existente, nomeadamente ao nível da aquisição de mobiliário e melhoria nos sistemas de segurança existentes. De destacar, o investimento realizado na aplicação de algumas medidas ambientais, que têm como objetivo global a adoção de uma política ambiental cuidada e consciente no Parlamento. Para o efeito procedeu-se à aquisição de sistemas de climatização e ventilação que visam assegurar uma boa

qualidade do ar interior e que são eficientemente energéticos, contribuindo, igualmente, para uma racionalização de consumos e custos.

No tocante ao “**Equipamento de gravação e audiovisual**”, com uma taxa de execução orçamental de **39,3%**, sendo de salientar o arquivo digital da ARTV/Canal Parlamento e para a aquisição de equipamento diverso que visa acompanhar a evolução tecnológica nestas áreas e acorrer a situações de avarias.

## 7.2 Projetos transitados para 2016

A identificação dos projetos com encargos transitados para 2016, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

**Quadro 16 – PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2016**

<b>EDÍFÍCIOS e BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>Valor (€)</b>
Empreitada para acondicionamento da nova localização do posto de seccionamento da EDP e IVA empreitadas	€68.458,78
<b>EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL</b>	<b>Valor (€)</b>
Equipamento de tradução simultânea e diverso material para a ARTV/Canal Parlamento	€23.734,08
<b>EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA</b>	
Memória RAM para servidores blade e de impressoras	€30.715,81
<b>SOFTWARE INFORMÁTICO</b>	
Sistema de Gestão Integrada para Biblioteca, base de dados de Revisões Constitucionais, motor de workflow K2 Black Pearl, antivírus nos postos físicos da rede local, software ClearSwift SECURE WebGateway, valor por pagar do software SIGAR, entre outros	€114.882,72
<b>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO</b>	
Fornecimento de plataformas e rampa para pessoas com mobilidade condicionada, central de TV digital híbrida, equipamentos de ar condicionado, maquete e material de escritório diverso	€119.418,70
	<b>€357.210,09</b>

## 8. Financiamento

### 8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a “Comissão Nacional de Eleições” (CNE), “Comissão Nacional de Proteção de Dado” (CNPD), “Entidade Reguladora para a Comunicação Social” (ERC), “Provedoria de Justiça”, “Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos” (CADA) e “Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida” (CNECV), bem como as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos que funcionam junto da AR: “Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa” (CFSI), “Conselho dos Julgados de Paz” (CJP), “Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida” (CNPMA), “Conselho de

Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal" (CFSIIC), "Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN" (CFBD – ADN), "Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado" e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

### Quadro 17 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2014 corrigido	OAR2015 corrigido	Var%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.707.692	1.730.802,00	1,4%
Comissão Nacional de Eleições	1.209.924	1.822.711,00	50,6%
Provedoria de Justiça	4.946.725	5.019.880,00	1,5%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.073.110	1.159.000,00	8,0%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	723.496	774.400,00	7,0%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	288.488	288.446,00	0,0%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	198.389	187.479,00	-5,5%
Conselho dos Julgados de Paz	118.107	130.222,00	10,3%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	198.808	200.558,00	0,9%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	158.917	165.495,00	4,1%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	125.932	114.377,00	-9,2%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	0	95.800,00	n.a
Associação dos Ex-Deputados	24.250	24.250,00	0,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.017	14.017,00	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>10.787.855,00</b>	<b>11.727.437,00</b>	<b>8,7%</b>

No que respeita às entidades independentes que funcionam junto da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro acima, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital); as demais receitas próprias (incluindo os saldos de gerência) passaram, desde 2011, a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

O grau de realização global verificado nesta atividade é de 92,1%, sendo que, no que respeita às Entidades, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2015 e à não requisição da totalidade das verbas pela CNPD, atendendo ao nível de receitas próprias registado por aquela entidade. No que respeita aos Conselhos, em que as despesas são suportadas pela própria AR, as taxas de execução variam entre 55,0% (CNPMA) e 92,8% (CFSIIC), como se infere do Quadro 18 seguinte:

### Quadro 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2015		GR%
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.730.802,00	1.730.802,00	100,0%
Comissão Nacional de Eleições	1.822.711,00	1.683.072,00	92,3%
Provedoria de Justiça	5.019.880,00	4.935.101,00	98,3%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.159.000,00	765.242,00	66,0%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	774.400,00	755.050,00	97,5%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	288.446,00	262.926,00	91,2%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	187.479,00	171.887,60	91,7%
Conselho dos Julgados de Paz	130.222,00	100.781,63	77,4%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	200.558,00	110.253,98	55,0%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	165.495,00	153.579,61	92,8%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	114.377,00	92.404,07	80,8%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	95.800,00	0,00	0,0%
Associação dos Ex-Deputados	24.250,00	24.250,00	100,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.017,00	14.017,00	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>11.727.437,00</b>	<b>10.799.366,89</b>	<b>92,1%</b>

## 8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, de que se destacam as subvenções aos partidos políticos e às campanhas eleitorais, importa salientar as reduções de 10% e 20%, respetivamente, legalmente determinadas, a manter até 31 de dezembro de 2016, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo artigo 1.º da Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro.

**Deste modo, foram inscritos €14.853.459 para fazer face ao pagamento das subvenções aos partidos políticos (representados e não representados), com um grau de execução de 99,3%**, de que resulta um saldo de €109.047,54 (a devolver ao Estado em 2016), pelo facto dos resultados das eleições legislativas, realizadas a 4 de outubro de 2015, determinarem a atribuição de valores distintos (menores) a partir da data de início da XIII Legislatura (22 de outubro). Acresce salientar que os resultados das eleições legislativas de 2015 determinaram o pagamento de subvenção pública ao PAN (que passou de partido não representado na XII Legislatura – com mais de 50.000 votos e portanto com direito a subvenção, nos termos do n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, a partido com 1 Deputado Único Representante de um Partido- na XIII Legislatura), bem como ao PCTP/MRPP (que já recebia esta subvenção na XII Legislatura) e ao PDR (passou a receber apenas na XIII Legislatura), os dois últimos por terem obtido mais de 50.000 votos, individualmente, o que lhes confere direito à subvenção.

Foram ainda **orçamentados, a título de “Subvenção pública para as campanhas eleitorais”:** **€7.432.062**, dos quais **€6.816.000 para as eleições Legislativas de 2015** (com execução de 95,6% face aos valores de despesa e de receita apresentados pelas forças políticas com direito a subvenção e cujo saldo apurado a 31/12/2015 é de €297.888,45), **e €616.062 para as eleições da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira** (com execução de 95,9%, face aos valores da despesa e da receita apresentados pelas forças políticas com direito a subvenção, e cujo saldo apurado a 31/12/2015 é de €25.196,07).

Os saldos gerados das eleições realizadas em 2015, num total de €323.084,52, serão devolvidos ao Tesouro no decorrer do ano de 2016, caso não se verifique qualquer alteração aos valores da despesa e da receita apresentados inicialmente, à semelhança do que ocorreu em 2015, ano em que foram devolvidos €313.170,98 (de saldos gerados em 2014), após integração em OAR2015 suplementar, correspondentes ao valor não utilizado da subvenção estatal para a campanha eleitoral das Eleições Europeias de 2014, conforme mapa seguinte:

ELEIÇÕES	SALDO 31/12/2014	REQUISITADO EM 2015	EXECUÇÃO EM 2015	DEVOLVIDO DGT EM 2015	RNAPS COBRADAS EM 2015	SALDO 31/12/2015
AUTÁRQUICAS 2009	0,00	0,00	0,00	0,00	32.111,84	32.111,84
AUTÁRQUICAS 2013	6.820.498,69	0,00	44.187,88	0,00	6.345,02	6.782.655,83
EUROPEIAS 2014	313.170,98	0,00	0,00	313.170,98	0,00	0,00
LEG. RAM 2015	0,00	616.062,00	590.865,93	0,00	0,00	25.196,07
LEGISLATIVAS 2015	0,00	6.816.000,00	6.518.111,55	0,00	0,00	297.888,45
<b>TOTAL</b>	<b>7.133.669,67</b>	<b>7.432.062,00</b>	<b>7.153.165,36</b>	<b>313.170,98</b>	<b>38.456,86</b>	<b>7.137.852,19</b>

Assim, do total de saldo de subvenções às campanhas gerados em 2014, integrado no 1ºOAR2015 suplementar, no valor de €7.133.669,67, €313.170,98 das eleições europeias 2014 foram devolvidos, sendo que o remanescente de €6.820.498,69 corresponde ao saldo das Autárquicas de 2013, que em 2015 tiveram pagamentos no valor de €44.187,88 e reposições não abatidas (receita) de €6.345,02, apurando-se à data de 31/12/2015 um saldo de €6.782.655,83.

Acresce o valor saldo de reposições não abatidas que têm vindo a ser cobrado no âmbito da subvenção para a campanha das eleições autárquicas de 2009, num total de €32.111,84 apurado à data de 31/12/2015, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional relativo a esta campanha, e somente pelo facto das despesas e receitas apresentadas à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos terem sido distintas das apresentadas à AR, aquando do pagamento da subvenção.

Os saldos remanescentes, em aberto a 31/12/2015, têm em vista eventuais pagamentos, no âmbito de cada um dos atos eleitorais, pelo que será devolvido ao Tesouro o valor que não vier a ser executado, quando este processo estiver concluído.

## **9. Execução Financeira**

### **9.1 Das Despesas**

Da leitura do Quadro 19, ressalta um grau de execução orçamental global de 72,6%, face a uma execução financeira que foi de 71,1%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

#### **Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)**

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2015			GR%	GR%
	dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga	Orçamental	Financeira
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
<b>Corrente</b>	<b>71.591.307,10</b>	<b>58.019.851,54</b>	<b>56.566.488,81</b>	<b>81,0%</b>	<b>79,0%</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>45.468.473,56</b>	<b>42.223.599,70</b>	<b>42.212.369,18</b>	<b>92,9%</b>	<b>92,8%</b>
Remun. certas e permanentes	33.761.521,56	31.750.103,99	31.738.873,47	94,0%	94,0%
Abonos variáveis ou eventuais	3.732.231,00	3.234.758,86	3.234.758,86	86,7%	86,7%
Segurança social	7.974.721,00	7.238.736,85	7.238.736,85	90,8%	90,8%
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>18.485.858,88</b>	<b>14.648.855,76</b>	<b>13.217.393,44</b>	<b>79,2%</b>	<b>71,5%</b>
Aquisição de bens	2.026.865,50	1.468.304,91	1.205.411,86	72,4%	59,5%
Aquisição de serviços	16.458.993,38	13.180.550,85	12.011.981,58	80,1%	73,0%
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>4.000,00</b>	<b>3.423,91</b>	<b>3.423,91</b>	<b>85,6%</b>	<b>85,6%</b>
Juros e outros encargos	4.000,00	3.423,91	3.423,91	85,6%	85,6%
<b>Transferências correntes</b>	<b>44.267,00</b>	<b>38.267,00</b>	<b>38.267,00</b>	<b>86,4%</b>	<b>86,4%</b>
Entidades Privadas ou Públicas	38.267,00	38.267,00	38.267,00	100,0%	100,0%
Exterior	6.000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Subvenções</b>	<b>885.609,02</b>	<b>885.609,02</b>	<b>885.609,02</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Subvenção aos Grupos Parl.	885.609,02	885.609,02	885.609,02	100,0%	100,0%
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>6.703.098,64</b>	<b>220.096,15</b>	<b>209.426,26</b>	<b>3,3%</b>	<b>3,1%</b>
Dotação provisória	6.421.439,52	527,54	527,54	0,0%	0,0%
Diversas	281.659,12	219.568,61	208.898,72	78,0%	74,2%
<b>Capital</b>	<b>15.108.079,00</b>	<b>1.900.415,65</b>	<b>1.543.205,56</b>	<b>12,6%</b>	<b>10,2%</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>3.838.718,00</b>	<b>1.898.417,21</b>	<b>1.541.207,12</b>	<b>49,5%</b>	<b>40,1%</b>
Investimentos	2.642.050,00	1.653.535,47	1.364.784,16	62,6%	51,7%
Bens do Domínio Público	1.196.668,00	244.881,74	176.422,96	20,5%	14,7%
<b>Transferência de Capital</b>	<b>18.000,00</b>	<b>1.998,44</b>	<b>1.998,44</b>	<b>11,1%</b>	<b>11,1%</b>
Resto do Mundo	18.000,00	1.998,44	1.998,44	11,1%	11,1%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>11.251.361,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
Dotação provisória	11.251.361,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Total AR</b>	<b>86.699.386,10</b>	<b>59.920.267,19</b>	<b>58.109.694,37</b>	<b>69,1%</b>	<b>67,0%</b>
<b>Transf. Entidades Aut. E subvenções</b>	<b>40.446.172,56</b>	<b>32.342.940,80</b>	<b>32.342.940,80</b>	<b>80,0%</b>	<b>80,0%</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>10.663.139,00</b>	<b>10.003.013,04</b>	<b>10.003.013,04</b>	<b>93,8%</b>	<b>93,8%</b>
Administração Central	10.663.139,00	10.003.013,04	10.003.013,04	93,8%	93,8%
<b>Subsídios/ Subvenções</b>	<b>29.337.762,58</b>	<b>21.897.576,82</b>	<b>21.897.576,82</b>	<b>74,6%</b>	<b>74,6%</b>
Instituições/ fins lucrativos	29.337.762,58	21.897.576,82	21.897.576,82	74,6%	74,6%
<b>Transferências de capital</b>	<b>132.100,00</b>	<b>129.179,96</b>	<b>129.179,96</b>	<b>97,8%</b>	<b>97,8%</b>
Administração Central	132.100,00	129.179,96	129.179,96	97,8%	97,8%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>313.170,98</b>	<b>313.170,98</b>	<b>313.170,98</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Saldos - Devolução Tesouro	313.170,98	313.170,98	313.170,98	100,0%	100,0%
<b>Total Global</b>	<b>127.145.558,66</b>	<b>92.263.207,99</b>	<b>90.452.635,17</b>	<b>72,6%</b>	<b>71,1%</b>

A despesa assumida que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2016, no montante total de €1.810.572,82, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 20.

#### Quadro 20 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2016 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2015				Encargos por pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
				5=1-3	
<b>Corrente</b>	<b>58.019.851,54</b>	<b>62,9%</b>	<b>56.566.488,81</b>	<b>62,5%</b>	<b>1.453.362,73</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>42.223.599,70</b>	<b>45,8%</b>	<b>42.212.369,18</b>	<b>46,7%</b>	<b>11.230,52</b>
Remun. certas e permanentes	31.750.103,99	34,4%	31.738.873,47	35,1%	11.230,52
Abonos v aríáv eis ou eventuais	3.234.758,86	3,5%	3.234.758,86	3,6%	0,00
Segurança social	7.238.736,85	7,8%	7.238.736,85	8,0%	0,00
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>14.648.855,76</b>	<b>15,9%</b>	<b>13.217.393,44</b>	<b>14,6%</b>	<b>1.431.462,32</b>
Aquisição de bens	1.468.304,91	1,6%	1.205.411,86	1,3%	262.893,05
Aquisição de serviços	13.180.550,85	14,3%	12.011.981,58	13,3%	1.168.569,27
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>3.423,91</b>	<b>0,0%</b>	<b>3.423,91</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Juros e outros encargos	3.423,91	0,0%	3.423,91	0,0%	0,00
<b>Transferências correntes</b>	<b>38.267,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>38.267,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Entidades Priv adas ou Públicas	38.267,00	0,0%	38.267,00	0,0%	0,00
Exterior	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
<b>Subvenções</b>	<b>885.609,02</b>	<b>1,0%</b>	<b>885.609,02</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,00</b>
Subv enção aos Grupos Parl.	885.609,02	1,0%	885.609,02	1,0%	0,00
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>220.096,15</b>	<b>0,2%</b>	<b>209.426,26</b>	<b>0,2%</b>	<b>10.669,89</b>
Dotação prov isional	527,54	0,0%	527,54	0,0%	0,00
Div ersas	219.568,61	0,2%	208.898,72	0,2%	10.669,89
<b>Capital</b>	<b>1.900.415,65</b>	<b>2,1%</b>	<b>1.543.205,56</b>	<b>1,7%</b>	<b>357.210,09</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>1.898.417,21</b>	<b>2,1%</b>	<b>1.541.207,12</b>	<b>1,7%</b>	<b>357.210,09</b>
Inv estimentos	1.653.535,47	1,8%	1.364.784,16	1,5%	288.751,31
Bens do Domínio Público	244.881,74	0,3%	176.422,96	0,2%	68.458,78
<b>Transferência de Capital</b>	<b>1.998,44</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.998,44</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Resto do Mundo	1.998,44	0,0%	1.998,44	0,0%	0,00
<b>Total AR</b>	<b>59.920.267,19</b>	<b>64,9%</b>	<b>58.109.694,37</b>	<b>64,2%</b>	<b>1.810.572,82</b>
<b>Transf. Entidades Aut. e Subvenções</b>	<b>32.342.940,80</b>	<b>35,1%</b>	<b>32.342.940,80</b>	<b>35,8%</b>	<b>0,00</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>10.003.013,04</b>	<b>10,8%</b>	<b>10.003.013,04</b>	<b>11,1%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	10.003.013,04	10,8%	10.003.013,04	11,1%	0,00
<b>Subsidios</b>	<b>21.897.576,82</b>	<b>23,7%</b>	<b>21.897.576,82</b>	<b>24,2%</b>	<b>0,00</b>
Instituiç s/ fins lucrativ os	21.897.576,82	23,7%	21.897.576,82	24,2%	0,00
<b>Transferências de capital</b>	<b>129.179,96</b>	<b>0,1%</b>	<b>129.179,96</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	129.179,96	0,1%	129.179,96	0,1%	0,00
<b>Outras Despesas capital</b>	<b>313.170,98</b>	<b>0,3%</b>	<b>313.170,98</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,00</b>
Div ersas	313.170,98	0,3%	313.170,98	0,3%	0,00
<b>Total Global</b>	<b>92.263.207,99</b>	<b>100,0%</b>	<b>90.452.635,17</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.810.572,82</b>

O Quadro 20 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, apresentando uma execução financeira global face aos encargos assumidos de 98,0%, indicador que em 2014 foi de 98,3%, e em 2013 foi de 98,8%.

Considerando as despesas **correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,5%, sendo que em 2014 foi de 97,8%, e em 2013, este indicador foi de 97,0%, tendo transitado por pagar o montante de €1.453.362,73.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos, de 81,2%, face aos 55,6% de 2014 e aos 97,2% de 2013. Transitou para 2016 um valor de despesa, autorizada e não paga, de €357.210,09.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2016, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas - a implementação do POC-AR implica o encerramento do ano económico a 31 de dezembro- e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

## 9.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita, as cobradas pela AR representam 0,5% das receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cujo detalhe se apresentará em seguida, registaram, no seu conjunto, um grau de realização de 103,1% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 22).

**Quadro 21 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS**

Unidade: Euro

Natureza das Receitas Cobradas	2014	2015	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	29.324,49	23.075,68	-21,3%
Outros bens	29.166,08	27.738,11	-4,9%
Juros	78.500,33	13.981,30	-82,2%
Reposições não abatidas	82.401,86	85.984,94	4,3%
Vendas de senhas de refeição	243.373,22	247.950,55	1,9%
Rendas	49.454,96	46.652,88	-5,7%
Venda de bens de investimento	4.468,94	12.882,94	188,3%
Receitas diversas - AR	17.807,06	802,89	-95,5%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>534.496,94</b>	<b>459.069,29</b>	<b>-14,1%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>19.625.960,90</b>	<b>23.734.976,10</b>	<b>20,9%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>61.226.902,00</b>	<b>60.614.174,00</b>	<b>-1,0%</b>
<b>Total</b>	<b>81.387.359,84</b>	<b>84.808.219,39</b>	<b>4,2%</b>

Como se retira do Quadro 21 acima, a generalidade das receitas mais significativas da AR apresenta variações negativas, face ao ano anterior, com exceção das “Vendas de bens de investimento”, que apresentam um acréscimo 188,3% e do “saldo de gerência” com um aumento de 20,9%.

O **financiamento com origem no OE, que representa 71,5% do total do OAR2015**, reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação negativa de -1,0% em relação a 2014, ano em que o financiamento do OE representou 75,2%. Se, para o efeito, não for considerado o saldo de gerência

da AR de 2014, integrado no OAR2015 em sede de orçamento suplementar, o peso do financiamento do OE aumenta para 99,2%.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2014 constam do quadro abaixo:

**Quadro 22 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2015**

Unidade: Euro

Natureza	Receita OAR2015		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	24.000,00	23.075,68	96,1%
Outros bens	22.040,00	27.738,11	125,9%
Juros	65.400,00	13.981,30	21,4%
Reposições não abatidas	60.000,00	85.984,94	143,3%
Vendas de senhas de refeição	220.000,00	247.950,55	112,7%
Rendas	45.200,00	46.652,88	103,2%
Venda de bens de Investimento	7.510,00	12.882,94	171,5%
Receitas diversas - AR	1.020,00	802,89	78,7%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>445.170,00</b>	<b>459.069,29</b>	<b>103,1%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>23.734.976,10</b>	<b>23.734.976,10</b>	<b>100,0%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>62.632.778,00</b>	<b>60.614.174,00</b>	<b>96,8%</b>
<b>Total</b>	<b>86.812.924,10</b>	<b>84.808.219,39</b>	<b>97,7%</b>

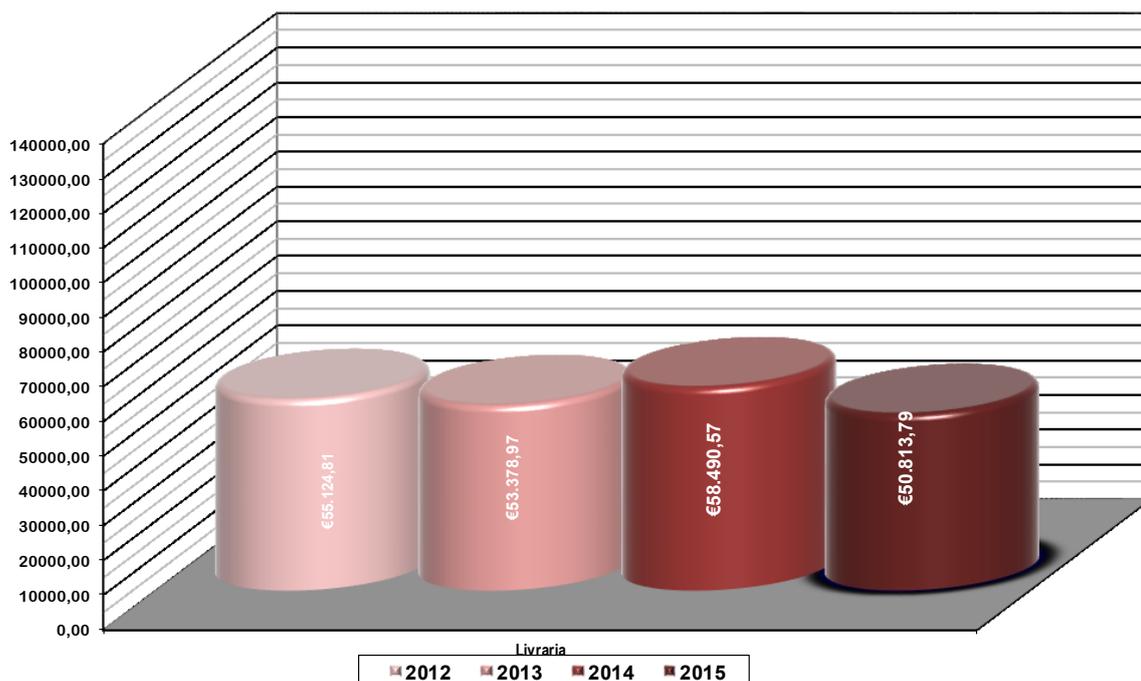
Da análise deste Quadro 22, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República em 2015 foi um tanto superior à orçamentada, no que respeita à maioria das rubricas, apresentando um grau de execução orçamental de 103,1%, sendo que este indicador em 2014 foi também superior (119,2%).

A quebra na receita cobrada nas vendas da Livraria Parlamentar (Publicações, impressos e artigos diversos) terá tido origem na suspensão dos trabalhos parlamentares durante o período de campanha eleitoral para as Eleições à Assembleia da República. Para além deste facto importa também salientar que, em 2015, a taxa de juro máxima obtida nos depósitos do IGCP foi de 0,196% e a mínima foi de 0,01%, enquanto no início de 2014 a taxa teve um máximo de 0,494% e ao longo do ano a taxa mínima situou-se nos 0,240%, o que justificou a diminuição verificada em "juros".

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 13, registando-se um decréscimo de 13,1%, face a 2014, (em valores absolutos de - €7.676,78).

**Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS**

Unidade: Euro



## 10. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2015

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, incluindo, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, visando a transparência, a conformidade legal e a regularidade financeira.

A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2015 reflete um **Resultado Líquido do exercício positivo (€1.948.887,61)**, em consequência de um montante global de €61.287.385,47 nos proveitos e de €59.338.497,86 nos custos.

A diminuição do resultado líquido do exercício em €0,4 milhões (em 2014 este resultado tinha sido de €€2.368.677,30) resulta de:

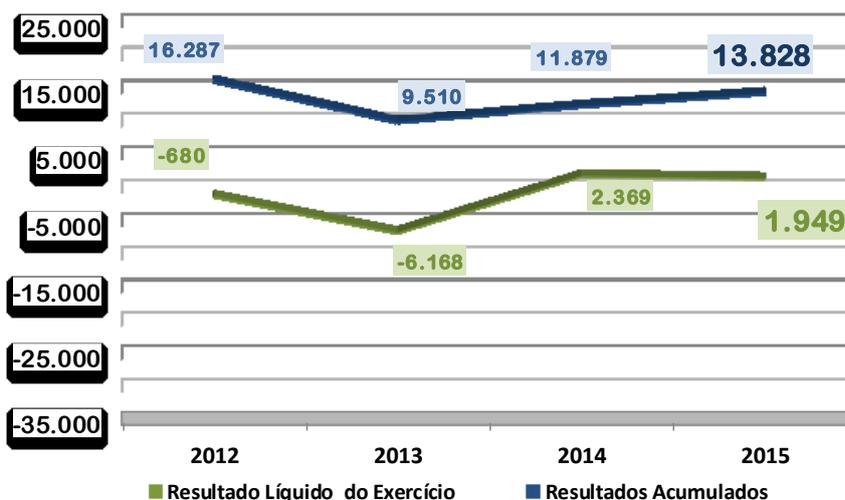
- Por um lado, da **diminuição dos proveitos em 0,6 milhões**, decorrente das transferências do OE, menores em 2015 (redução de €0.8 milhões em transferências correntes e aumento de €0.2 milhões nas transferências de capital);
- por outro lado, de uma **redução de custos em €0,2 milhões**, resultante de efeitos diversos, dos quais se realçam a reversão em 20% das reduções remuneratórias vigentes e o desaparecimento dos descontos da entidade patronal para a ADSE.

Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

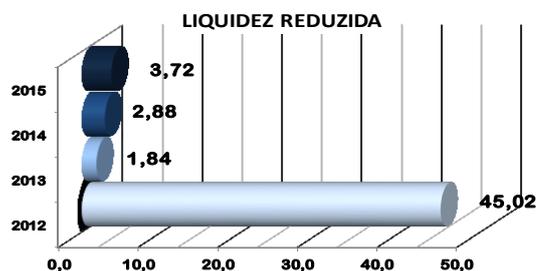
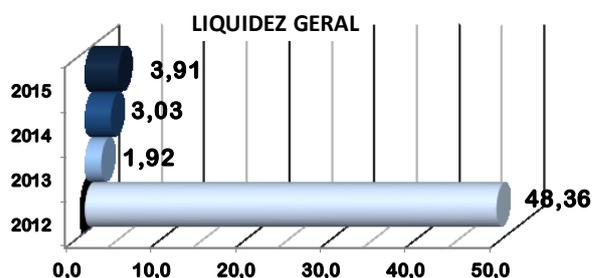
A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos consta do gráfico 14, que a seguir se apresenta:

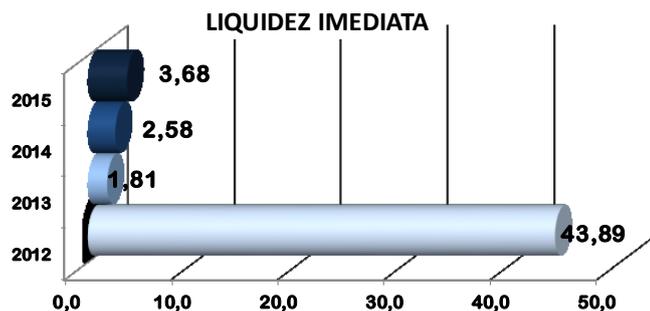
**Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS**

Unidade: Milhares de Euro



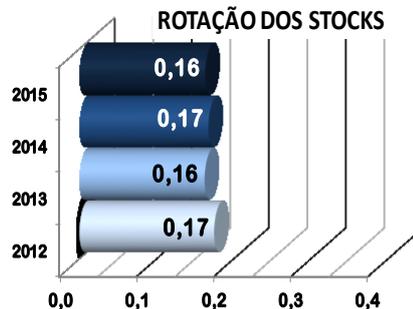
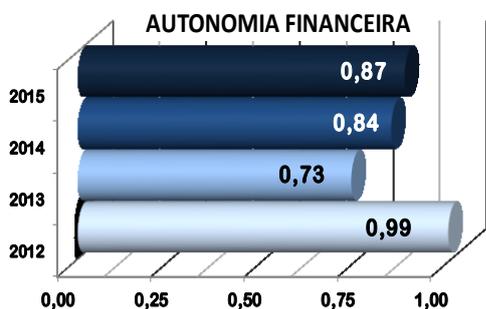
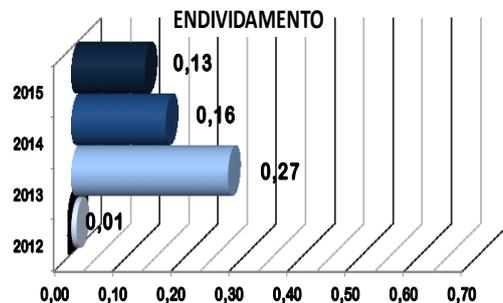
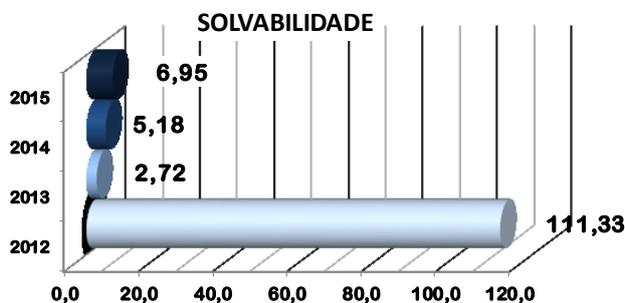
A situação de liquidez financeira, refletida na situação patrimonial a 31/12/2015, traduzida pelos rácios de liquidez, apresenta valores superiores aos do ano anterior em virtude do ativo, do passivo e das disponibilidades ainda se encontrarem influenciados pelas subvenções para as campanhas das eleições autárquicas de 2013, legislativas de 2015 e legislativas para Região Autónoma da Madeira de 2015, cujo montante em saldo, à data de 31/12/2015, ascende a €7,1 milhões.





Assim, o aumento do valor dos rácios de liquidez geral (Ativo Circulante/Dívidas a terceiros de curto prazo), em 2015, deve-se sobretudo à diminuição do passivo de curto prazo, em função do menor saldo da subvenção pública para as campanhas eleitorais acima referidas.

No que se refere aos rácios de liquidez reduzida (Ativo Circulante - Existências/Dívidas a terceiros de curto prazo) e liquidez imediata (Disponibilidades/ Dívidas a terceiros de curto prazo), que representam 3,72 e 3,68, respetivamente, traduzem o nível de equilíbrio financeiro, significando que a Assembleia da República apresenta um excedente face às suas necessidades de tesouraria, conforme comprova o saldo de gerência apurado à data de 31/12/2015 (€26,6 milhões acrescido de 7,1 milhões do saldo das subvenções para as campanhas).



No tocante ao indicador de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo), o respetivo valor é de 6,95. Destinando-se este indicador a medir a capacidade de a entidade desenvolver a respetiva atividade a médio prazo, não é de relevar o valor do indicador apresentado, atento o mecanismo legal que está subjacente ao financiamento deste órgão de soberania.



O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2015 foi de 0,87, representando total autonomia e superando o exigido, dado que o indicador referencial deverá ser igual ou superior a 0,33.

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por Endividamento (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2015, um valor de 0,13, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.

A racionalização do consumo e o controlo da gestão de aprovisionamento é evidenciada através do valor praticamente constante, apresentada ao longo do último triénio, do indicador de Rotação de Stocks (Vendas e Prestações de Serviços / Existências).

Assim, a análise da evolução apresentada pelos indicadores supramencionados, no período de 2012 a 2015, reflete o progresso decorrente de um permanente aperfeiçoamento dos registos das operações contabilísticas, que será melhor observado com o aproveitamento em pleno da informação de apoio à gestão disponibilizada pelo sistema SIGAR.

## **Nota Final**

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Contas (XII e XIII Legislaturas) são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



## Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral  
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-geral  
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Adjunto do Secretário-geral  
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado  
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Apoio ao Plenário  
Ana Paula Simões de Abreu Correia Bernardo

Divisão de Apoio às Comissões  
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral

Divisão de Redação e Apoio Audiovisual  
Bruno Alexandre Dias Pinheiro

Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão  
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar  
Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições  
Marlene de Fátima Bento Viegas Freire

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas  
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca  
Rosa Maria Barreto Pereira da Silva

Arquivo Histórico-Parlamentar  
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros  
Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

Divisão de Recursos Humanos e Administração  
Maria João de Andrade Godinho Cardoso do Amaral

Divisão de Gestão Financeira  
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Aprovisionamento e Património  
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo  
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais  
Dalila Xavier Dias Maulide

Divisão de Protocolo  
Maria Manuela Azóia Lopes

Centro de Informática  
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Gabinete de Controlo Orçamental Externo  
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar  
João José da Costa Santos Gil

Museu  
Cátia Henriques Mourão Rodrigues